

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 137

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 11 DE OUTUBRO DE 2000

ANO XXVI

Mesa Diretora

NELSON JUSTUS

Presidente - PTB

CAÍTO QUINTANA

1º Vice-Presidente - PMDB

JOSÉ MARIA FERREIRA

2º Vice-Presidente - PSDB

NELSON GARCIA

3º Vice-Presidente - PFL

HERMAS BRANDÃO

1º Secretário - PTB

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Secretário - PPB

RENATO GAUCHO

3º Secretário - PSDB

ÂNGELO VANHONI

4º Secretário - PT

LUIZ CARLOS ZUK

5º Secretário - PDT

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

<i>Líder do Governo</i>	<i>Valdir Rossoni</i>
<i>Líder Oposição</i>	<i>Orlando Pessuti</i>
<i>PTB</i>	<i>Ademar Traiano</i>
<i>PFL</i>	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PMDB</i>	<i>Nereu Moura</i>
<i>PPB</i>	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i>	<i>Hermes Fonseca</i>
<i>PDT</i>	<i>Edgar Bueno</i>
<i>PSDB</i>	<i>Sérgio Spada</i>
<i>PL</i>	<i>Pastor Edson Praczyk</i>
<i>PSL</i>	<i>Edno Guimarães</i>
<i>PST</i>	<i>Divanir Braz Palma</i>

Representação Partidária

PTB - 12: Ademar Luiz Traiano - Algaci Tulio - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Justus - Ricardo Chab - Valdir Rossoni - Tiago Amorim Novaes; PFL - 08: Basílio Zanusso - Chico Noroeste - Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Lino Rusch - Marcos Isfer - Nelson Garcia - Plauto Miró Guimarães; PMDB - 07: Ademir Bier - Antonio Annibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Waldyr Pugliesi; PSDB - 06: Antonio Baratter - Augustinho Zucchi - Beraldin - José Maria Ferreira - Luiz Fernandes da Silva Litro - Renato Gaucho (licenciado) - Sérgio Spada; PPB - 04: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia; PT - 04: Ângelo Vanhoni (licenciado) - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Péricles de H. Mello; PDT - 03: Edgar Bueno - Luiz Carlos Zuk - Moysés Leônidas; PSL - 03: Geraldo Cartário - Edno Guimarães - Luiz Carlos Martins; PST - 02: Divanir Braz Palma - Hidekazu Takayama; PL - 02: Pastor Edson Praczyk - Serafina Carrilho; PSB - 01: Ricardo Maia; PSC - 01: Miltinho Puppio; SEM PARTIDO - 01: Antonio Carlos Belinati.

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA 102ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
11 DE OUTUBRO DE 2000**

(quarta-feira)

Presidência do senhor deputado Nelson Justus, secretariada pelos senhores deputados Hermas Brandão e Antonio Carlos Belinati.

Às dez horas é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Nelson Justus, Caíto Quintana, José Maria Ferreira, Nelson Garcia, Hermas Brandão, Augustinho Zucchi, Ângelo Vanhoni, Luiz Carlos Zuk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Algaci Tulio, Antonio Baratter, Antonio Carlos Belinati, Antonio Annibelli, Basílio Zanusso, Beraldin, Beto Richa, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cezar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edno Guimarães, Edson Strapasson, Elio Rusch, Fernando Ribas Carli, Geraldo Cartário, Hermes Fonseca, Irineu Colombo, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Marcos Isfer, Miltinho Puppio, Moysés Leônidas, Nelson Tureck, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Pastor Edson Praczyk, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Sérgio Spada, Tiago Amorim Novaes, Tony Garcia, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (53). Achando-se em licença o senhor deputado Ângelo Vanhoni (01).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Não havendo Expediente a ser lido, concedo a palavra ao deputado Nereu Moura.

O SR. NEREU MOURA

Senhor presidente e senhores deputados, queria convidar, então, o representante do sindicato, para que possa usar da palavra afim de expor aqui, à Assembléia Legislativa do Paraná, os seus pontos de vista, em relação a privatização do Banco do Estado do Paraná.

Queremos agradecer a presença dos funcionários aqui, do Banco do Estado do Paraná e dizer que esta Casa é uma Casa democrática. Aqui, a Assembléia Legislativa é a Casa do povo, onde as pessoas têm todo o direito de expor as suas opiniões da forma mais tranqüila possível.

É evidente, como sempre ocorre aqui, as opiniões são respeitadas e queremos dizer desde já que, não é outra a nossa intenção a não ser que haja aqui nesta sessão, um tratamento de respeito entre as pessoas que estão visitando os deputados e as pessoas que irão expor as suas opiniões, possam ajudar a esclarecer os seus pontos de vista em relação a privatização do Banco do Estado do Paraná.

Convidamos o representante dos funcionários, para usar da palavra, por dez minutos, querendo agradecer Vossa Excelência por permitir que os funcionários do Banco possam usar da palavra aqui na Assembléia Legislativa.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Com a palavra, o presidente do Sindicato dos Bancários, José Farias.

O SR. JOSÉ FARIAS

Bom dia a todos os nobres deputados, aos companheiros e companheiras, funcionários do Banestado que estão acompanhando a sessão. Agradecemos desde já a oportunidade de nos pronunciarmos aqui nesta Casa.

Gostaria de falar, inicialmente, depois de ter vindo aqui, o Roberto falar sobre a questão das negociações, o impasse desta greve que está acontecendo no Banestado e um pedido nosso, para esta Casa, para que possamos tentar resolver o impasse.

Antes, venho falar sobre a preocupação da sociedade paranaense, sobre o destino do Estado do Paraná. Já há muito tempo temos feito uma série de contatos, inserções, no interior do Paraná, e aqui na Capital, coletando assinaturas, fazendo pronunciamentos em Câmaras Municipais, conseguindo moções de apoio contra a privatização ou no mínimo, para que se possa, se tiver que vender mesmo o Banco do Estado do Paraná, para que possamos apurar todas as irregularidades que estão acontecendo neste Banco.

É muito estranho que tenhamos uma pressa tão grande na entrega deste patrimônio, na venda do patrimônio do povo do Paraná, marcado para o dia 17 de outubro, sem que antes possamos averiguar o que aconteceu com a situação do Banco, o que levou o Banco do Estado do Paraná em tal situação.

O ex-presidente do Banco, Luiz Antônio Fayet tem colocado na imprensa, ultimamente, que o Banco, até 96 era um Banco com bastante liquidez, era o segundo melhor Banco estatal do País. E o que leva em apenas quatro anos acontecer o que aconteceu com o Banestado? No mínimo - e sei que esta Casa já tentou abrir uma CPI, para que se verificassem as irregularidades - infelizmente ainda não foi possível. Mas, no mínimo teria que ser

antes da venda averiguado o problema do Banestado. No mínimo - e estamos fazendo isso junto à população, já pedindo um plebiscito para que o povo do Paraná possa decidir se tem ou não que vender este Banco. Lá em São Paulo, processo semelhante está sendo conduzido, na questão do Banespa, já aprovado na Comissão de Justiça da Assembléia Legislativa de São Paulo, um projeto de lei que prevê um plebiscito, uma consulta à população sobre os destinos do Banco do Estado de São Paulo.

Também um outro pedido - e já temos da Casa aqui autorização - estamos coletando assinaturas junto à população paranaense para um projeto de emenda popular para que se faça um plebiscito, na venda do Banestado. Mas para que isso seja possível, para que possa tramitar, nesta Casa, um projeto, já temos que segurar, temos que conseguir barrar, suspender o leilão de privatização marcado para o dia 17. Não é possível que todo poder judiciário, todo o legislativo, todo o executivo não consiga com que seja suspenso este leilão!

Concluindo, então, para que o Roberto venha passar sobre a questão atual do Banco, na greve e um pedido nosso para que se resolva em paz. Então, não é possível que nem o poder judiciário, nem o legislativo, nem o executivo, consigam chegar a algum termo e consigam definir o que acontece com o Banestado e consigam segurar para que não possamos entregar ao Banco do povo do Paraná, este patrimônio dos paranaenses assim para a iniciativa privada.

Tem sido dito nos jornais - é público - quais são as irregularidades, a questão do Banestado Leasing, a questão dos créditos tributários, a questão da monetização que foi feita, com prejuízo ao patrimônio do povo do Paraná, a questão principalmente da Copel que as ações que estão sendo caucionadas podem vir a causar um dano sério à população do Paraná.

Por isso nosso pedido aqui hoje e agora gostaria que o Roberto Von Der Osten passasse à tribuna, porque nesse impasse nem a sociedade paranaense vai ganhar, nem os trabalhadores e nem o legislativo, o executivo e o judiciário.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Esta Presidência concede por mais cinco minutos a palavra ao senhor Roberto Von Der Osten.

O SR. ROBERTO VON DER OSTEN

Gostaria de falar, alguns minutos, a respeito da greve que está acontecendo no Banestado e das razões que levaram os trabalhadores e as trabalhadoras à greve. Os senhores vejam bem, desde que começou este processo de privatização das televisões, na mídia de uma maneira geral, o debate de números, de valores, patrimônios, e a questão desses trabalhadores e trabalhadoras do Banestado não temos conseguido, minimamente, informações. Temos tentado colocar essa questão das dificuldades, da tensão, da angústia que esta-

mos tendo com a diretoria do banco e temos tido muita dificuldade!

Os senhores sabem que colocamos aqui algumas emendas ao projeto de privatização que tratavam dessa questão dos funcionários e queria, em um minuto, dizer as razões que nos movem: - no edital do Banestado, por 18 meses foi garantido aos trabalhadores um fundo de pensão e o nosso plano de saúde. Isso acaba se transformando numa armadilha para nós, trabalhadores, trabalhadoras, porque, vejam bem, um banqueiro que vai comprar o Banestado avalia que vai gastar, ao longo de 18 meses, coisa de 3 milhões, acrescenta ao longo desses 18 meses esse valor ao preço do Banestado e imagina que vai gastar, numa dilação de tempo, mais uns 50 e poucos milhões e compra o Banestado. Terminada a compra ele demite os trabalhadores e trabalhadoras do Banestado e tem um lucro do tamanho do número de trabalhadores que ele conseguir demitir.

Por esta razão temos conversado com a diretoria do Banestado, dizendo que é possível sim, até porque o Banespa tem a garantia do emprego, Banco do Estado de Santa Catarina tem a garantia de emprego também e temos, no nosso acordo com o Banestado hoje, a garantia de emprego e isso não engessou o Banco do Estado do Paraná que inclusive demitiu trabalhadores.

Existe hoje o boato que o leilão do Banestado vai ser adiado para uma outra data a gente gostaria que os deputados do Paraná refletissem a respeito desta reivindicação que a gente vem fazendo, de uma garantia de emprego, de uma garantia dos nossos salários não reduzidos por 18 meses, e que permitisse que nesta Casa fosse feito com mais tempo, não em 5 minutos, com mais condições de explicarmos o que estamos querendo, que não é nem completamente gessar o próprio processo de privatização. Evidentemente grande parte dos trabalhadores do Banestado não concordam com esse processo, mas essa é uma outra conversa, é uma boa conversa para ser feita em outra oportunidade.

Mas gostaríamos de ter a oportunidade de mostrar aqui para os deputados nesta Casa, que a nossa reivindicação de 18 meses, é uma reivindicação de uma oportunidade para a gente mostrar para outro Banco, seja quem for que compre o Banestado, que somos trabalhadores que têm capacidade e competência. Queremos não sermos demitidos no dia seguinte da privatização, queremos ter oportunidade de mostrar porque é que nós, trabalhadores e trabalhadoras do Banestado durante muitos anos conseguimos fazer desse Banco, o 2º melhor Banco estadual do Brasil, que não é nesse momento por razões que fogem da nossa vontade.

Então faço esse apelo para o senhor presidente da Casa, para os deputados que recolocam o debate desse projeto, dessa Emenda que dá garantia aos trabalhadores, que tem para esses trabalhadores pelo menos uma redução da sua angústia, uma redução nesse processo que temos vivido há muito tempo.

Fizemos a greve por falta de termos o que fazer nesse momento. Conversamos com todo mundo, o Banco nos enrolou na negociação, não conseguimos uma interlocução junto ao governo do Estado, tivemos o nosso projeto não emendado aqui.

Por esta razão fomos à greve, mesmo assim os trabalhadores e trabalhadoras do Banestado têm trabalhado duro no caixa eletrônico, orientando as pessoas, fazendo que elas não sejam penalizadas pela nossa greve.

Então a nossa disposição não é penalizar o povo do Paraná. A nossa disposição é fazer um bom debate, o debate de garantia de emprego, o debate de garantia de salário e também para depois a gente poder fazer o bom debate do patrimônio do Paraná.

Muito obrigado, senhores deputados, temos certeza que os senhores vão nos ouvir e vão nos dar uma oportunidade para emendar esse projeto aqui nesta Casa.

Muito obrigado!

(Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Ainda no Pequeno Expediente com a palavra o deputado Caíto Quintana.

O SR. CAÍTO QUINTANA

Senhor presidente, senhores parlamentares.

O assunto do dia de hoje e de muitos dias do Estado do Paraná, indiscutivelmente é Banco do Estado do Paraná.

Fico ouvindo, senhor presidente, senhores parlamentares, os funcionários, os correntistas, o povo do Paraná, aliás, assunto que se ouviu com muita intensidade durante esse período em que os próprios parlamentares em razão das eleições estiveram em tempo quase que integral no interior, município por município, correntista por correntista, prefeitos, vereadores, entendendo que essa venda assoldada do Banco do Estado do Paraná nos leva à reflexão de que alguma coisa tem de errado nisso, não é possível.

Fico imaginando quem, que tipo de empreendedor, que cidadão que tivesse a responsabilidade de ser majoritário em qualquer atividade comercial, industrial, pudesse para sanar a sua instituição fazer um empréstimo de 5 bilhões e 800 milhões, para depois de sanado vender por 500 e ficar devendo 5.300. Isto não entra na cabeça de ninguém, pode-se tentar explicar, não entra na cabeça de ninguém, salvo se tiver rombo, nisso, se tiver mal negócio nisso, se tiver mal investimento nessa atividade. E como isso, não é uma atividade particular, privada e, sim, pública é evidente que se houve mau investimento e houve fraude em operações é coisa elementar da vida pública, até por respeito ao cidadão do Paraná que paga imposto, que se levantem os verdadeiros culpados dos atos que aconteceram.

Volto a dizer uma vez mais aqui, muitas e muitas vezes, ouvimos da atual administração do Estado do Paraná de que o problema do Banco do Estado vem de

muito tempo, que a culpa é dos outros governos. Pois nós estamos aqui, a Bancada do PMDB, que teve três governantes a partir de 82, uma vez mais dizendo nesta Casa: “não nos importa saber quem teve uma administração equivocada ou maldosa no Banco do Estado.

Queremos exatamente a constituição de uma CPI para saber se quem nos deve essa barbaridade que aconteceu no Estado do Paraná? Se foi nos governos anteriores vamos apurar.

Por que não fazê-lo? Se a acusação é que governos anteriores cometeram atos errados, porque então não fazer a CPI? Nós que fizemos parte do governo anterior queremos que faça. Por que o atual não quer? Por que vender assombradamente. Quem vai ficar devendo 5 bilhões e 300 milhões para o povo do Paraná pagar que fique devendo 5 bilhões e 800 milhões e, fica com o Banco.

Nós havíamos sugerido certa feita, um Ato que a Assembléia podia fazer: “Uma Emenda Constitucional rápida a aprovada pela Casa, instituindo na Constituição do Estado do Paraná, o Banco como instrumento financeiro do nosso Estado”.

Há um compromisso do governo de vender.

A Assembléia assumirá responsabilidade pelo seu Ato. A Assembléia votaria dizendo o seguinte: “Tem que ter um plebiscito”. Diz na Constituição que para vender o Banco do Estado tem que haver um plebiscito.

O governo tem o argumento para jogar com o Banco Central dizendo: “Não, eu não posso entregar porque a Assembléia Legislativa acabou votando uma Emenda Constitucional determinando um plebiscito e sem o plebiscito eu não passo um negócio com pena de estar desonrando a Constituição que prometi cumprir”.

Quer dizer, argumentos para poder negociar com o Banco Central tem, basta ter boa-vontade ou não ter medo de levantar o tapete para enxergar a sujeira que tem embaixo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Ainda no Pequeno Expediente com a palavra o deputado Luiz Carlos Zuk.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Senhor presidente, senhores deputados visitantes da Casa dois assuntos trazem a usar da palavra nesta manhã.

O primeiro deles é um assunto emergencial, aonde o Paraná todo é notícia através daquilo que nós neste Parlamento já falávamos inúmeras vezes, que alguma coisa deveria ser feita na Segurança Pública do nosso Estado e, principalmente nos presídios.

Eu que sou deputado de Ponta Grossa tive a honra de ser prefeito daquela cidade e ajudei o governo do Estado a construir inúmeras obras, entre elas a cadeia pública do nosso município, com capacidade para 80 detentos. Alertava o governo que Ponta Grossa tinha na

sua cadeia mais de 180 presos, que o motim, que fugas, que tudo aquilo poderia acontecer lá na minha região.

O deputado Algaci Tulio, que é um homem ligado a segurança do Estado, durante o seu trabalho como radialista e como deputado, mesmo da base de sustentação do governo conosco nesta Casa e com outros senhores deputados também fazia valer ao governo do Estado do Paraná que é surdo, que alguma coisa deveria ser feita em termos de presídios, onde os presos apenados são arregimentados do interior e trazidos para a capital.

Não adiantou os alertas feitos, senhor presidente. Motim já realizado, já sanado em outras oportunidades e esse agora que envergonha, mesmo tendo à frente da Secretaria de Segurança o esforço do atual secretário José Tavares, mesmo tendo a melhor das vontades da negociação a ser concluída, nós não temos capacidade de gerenciamento daquilo que realmente o Paraná precisa. É um Secretário de Justiça competente, onde está vinculado o sistema de presídios do Paraná, o sistema penitenciário. Sei, senhor presidente e senhores deputados, que o atual Secretário de Justiça foi arregimentado para a campanha política do 2º turno aqui de Curitiba, sendo tirado da sua secretaria e levado para fazer com que este 2º turno que o povo já respondeu no 1º turno, vai ser gerida a prefeitura de Curitiba por um funcionário do Banco do Estado do Paraná porque o povo assim o deseja que é o nosso deputado Vanhoni.

Não adianta, senhores deputados, fazer valer aqui em Curitiba a presença deste nosso funcionário. Vai ser, realmente, o prefeito da vontade, da maioria do povo do Paraná e de nós de Ponta Grossa que temos filhos, irmãos e amigos que aqui votam e votarão, realmente, na razão a ser apresentada por fatos que nós, aqui, neste Plenário, sempre denunciemos.

O segundo assunto, não é um assunto de aproveitamento da platéia que aqui se encontra. Nós estivemos neste Plenário, senhor presidente, sem platéia alguma, aliás, com as portas fechadas numa sessão secreta presidida pelo falecido Anibal Khury. Quando aqui veio a diretoria do Banco do Estado, apresentado números. E quando esta Oposição liderada pelo ilustre deputado Orlando Pessuti, pelo deputado Nereu Moura, pelo deputado Irineu Colombo, pelo deputado Péricles de Mello que é o prefeito eleito da cidade de Ponta Grossa e outros senhores deputados como Edgar Bueno, questionávamos aqueles números apresentados, a arma usada pelo senhor presidente do Banco do Estado e diretores era que era sigilo bancário e não poderia ser quebrado.

Lembro-me perfeitamente bem como o deputado Edgar Bueno, mostrava junto com o deputado Ângelo Vanhoni um endereço frio, inexistente nesta capital que, coincidentemente, é o endereço de um escritório político de um grande político do Paraná, e, neste mesmo local, era atribuído à funcionabilidade de uma empresa que tinha tirado mais de 90 milhões de reais do Banestado Leasing. Apontávamos naquela ocasião há muitos anos, o que iria acontecer com o Banco que hoje estamos teste-

munhando. Roubaram o Banco do Estado do Paraná, uma quadrilha organizada titulada e orientada por gente alta deste governo. Titulada, gente alta do governo que até hoje, até hoje não quis identificar os culpados. Está fazendo valer no Ministério Público algumas denúncias e o Ministério, mesmo com dificuldades, está apurando num sentido até moroso.

Mas nós nesta Casa, senhor presidente e senhores deputados, que temos a responsabilidade não tão somente com os funcionários, que nós sabemos que se for privatizado o Banco vai ser igual o Bamerindus.

Nesta Casa tínhamos a presença do Bamerindus, o Bamerindus foi vendido e que era um banco particular. Veja o que aconteceu no Bamerindus, um enxugamento total, a racionalidade e fazer valer o número e não a gente. E nós que temos um banco que foi feito pela família do Paraná, um banco que os meus pais, falecidos, ajudaram a fazê-lo, que muitos dos senhores que aqui se encontram estão tentando fazer dele o melhor, e muitos já passaram fazendo o que somos, que é o Banco do Estado.

Hoje, não só os funcionários, o povo do Paraná está sendo roubado. O número que o deputado Caíto Quintana aqui apresentou, de sã consciência, nós não admitimos vender o banco por isso que está sendo estipulado. Esse atropelamento só serve para uma coisa, encobrir o roubo que aconteceu no Banestado, outra justificativa não tem.

E eu queria convidar, pena que se ausentou, o ilustre líder o governo, deputado, amigo e que tem a responsabilidade de representar a maioria desta Casa, que é o deputado Valdir Rossoni, que a proposta feita pelo deputado Caíto Quintana.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Esta presidência solicita à distinta e seleta platéia que fica à platéia reservado o direito apenas do aplauso.

Por gentileza a Casa é de vocês. Aqui a Casa é do povo e vocês, como sempre foram, serão sempre bem recebidos aqui. Por gentileza, não conturbem o discurso do eminente deputado Luiz Carlos Zuk.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Querida pedir ao ilustre líder do governo que nos concedesse a condição de colocarmos e inserirmos na nossa Constituição do Estado, esta emenda que pede o plebiscito para nós sabermos se o banco deve ou não deve ser vendido pela população do Paraná. Por que isso? Porque nós procuramos, senhores funcionários, de todas as formas possíveis adiar o dia 17, essa privatização. O argumento que se contrapunha contra nós é um argumento que só por um meio legal e jurídico nós haveremos de conseguir. Politicamente boa-vontade não existe no governo.

Então, existe nesta Casa, de 54 senhores parlamentares, onde a nossa mãe, a nossa irmã, a nossa família representada pela deputada Serafina vai dar o aval como a maioria desta Casa para inserirmos na Constituição do

Estado, aquilo que é o meio legal e jurídico que o governo do Paraná, em mãos com a Constituição emendada, vai chegar no Banco Central e dizer: aqui está o impedimento legal e jurídico, eu não posso fazer a privatização no dia 17 por esse impedimento legal. E o Banco Central, tenho a certeza absoluta, irá acatar este procedimento legal da família do Paraná, representada por este Poder e pelos 54 senhores parlamentares. Os 14 de Oposição, onde entra o ilustre deputado Antônio Annibelli.

Tenho a certeza, senhores funcionários, somos os primeiros a assinar esta Emenda. E é isso que eu peço e solicito ao final da minha participação aqui, que a Bancada de Sustentação ao governo, que são quarenta amigos, quarenta deputados eleitos igual a mim, igual a nós, coloquem a mão na consciência, olhem para um Paraná que não é de funcionários do Banestado, olhem para um Paraná que teve e tem o Banco do Estado como o melhor Banco desta Nação, um Banco que é redondo, falando financeiramente. Um Banco que a sua carteira de cheque especial pega a funcionabilidade do banco. Um banco que é apresentado não pelo sindicato que aqui veio e por aquela grande palavra dada de ordem quando ele dizia que o Banco tem que ser estudado com mais tempo e não em cinco minutos que ele ocupou neste Plenário.

Vamos dar tempo, senhores deputados da bancada governista, vamos dar tempo para o Paraná não ser roubado, para apurarmos quem são os ladrões, para temos a palavra do Caíto aqui, que disse de cabeça erguida e com a moral elevada que possui, e o caráter que demonstram suas atitudes, se foi A, B ou C, ou se foi o atual governo. Vale mostrar ao Paraná quem são os ladrões do Banco do Estado mas, não roubar do povo do Paraná aquilo que foi, com sangue, com suor, com o sacrifício do povo e dos funcionários, o melhor Banco Estatal da nossa Nação.

Acredito que nós, nesta Casa, teremos a oportunidade de mostrar ao povo, não aos funcionários que entendem bem, mas, mostrar ao povo do Paraná porque estamos aqui. Se é para defender o bem do Paraná ou defender o bem do governo atual do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Com a palavra o deputado Irineu Colombo.

O SR. IRINEU COLOMBO

Senhor presidente, senhores deputados.

O assunto que pauto esta manhã, é com relação à nomeação do secretário dos transportes Heinz Herwig para o Tribunal de Contas e, evidentemente não vou desviar deste assunto em que pese tenhamos aí nossa platéia que está preocupada como o governo gasta 500 milhões em propaganda que poderia salvar a Copel já que o mesmo valor está sendo caucionado e vai embora com a privatização do Banestado. Mas, em seguida o deputado José Maria Ferreira retomará o assunto.

Agora, o assunto é a situação extremamente grave por que passa o Paraná. O Paraná hoje, na avaliação de

muitos, é um Estado ilegal. E, trago mais um aspecto desta ilegalidade nesta manhã.

No dia 05, os jornais trouxeram estampados, que a coordenação da campanha do PFL aqui de Curitiba está sendo feita pelo secretário licenciado Heinz Herwig e também conselheiro indicado e decretado como conselheiro pela Assembléia Legislativa. Então, é um conselheiro do Tribunal de Contas e também um secretário de Estado na coordenação de uma campanha eleitoral que depois terá o dever de julgar com imparcialidade e isenção. É extremamente grave, uma situação anti-ética e imoral!

Em 26 de abril, aprovamos nesta Casa o Decreto nº 06 que foi publicado no Diário Oficial no dia 03 de maio, aprovada a indicação do senhor governador através de decreto legislativo. A partir daí, pela constituição, ele teria, no máximo, 45 dias para tomar posse e não o fez. Há uma alegação de que precisa de nomeação mas há dúvidas se precisa realmente desta nomeação pelo governador do Estado porque nossa constituição diz no artigo 73: "As resoluções e decretos legislativos far-se-ão na forma do regimento interno", e o nosso regimento interno diz o seguinte; "que os projetos de decretos legislativos destinam a regular matéria de competência exclusiva da Assembléia que não estejam definidos como matérias e projetos de resolução tais como: aprovação e indicação de conselheiros e auditores do Tribunal. Diz ainda que o decreto legislativo tem eficiência após a publicação sem precisar consultar desembargador, Tribunal de Justiça, Ministério Público, sem precisar consultar o Executivo. Não precisa de sanção de publicação por outros poderes e sim, tem eficácia e validade apenas com a publicação desta Casa de Leis.

Segundo aspecto: aos conselheiros compete julgar as contas dos responsáveis por dinheiros e outros bens públicos. Artigo 19, inciso IV, da Lei 5615 de 1967. Portanto, julgar as contas dos prefeitos e também do Legislativo e do Judiciário, artigo 24 da mesma lei, fará parte das atribuições do conselheiro, que agora é ordenador de despesa, assina convênios e está numa campanha eleitoral. Os conselheiros do Tribunal de Contas têm os mesmos impedimentos e vantagens que os desembargadores, entre os quais o impedimento de dedicar-se à atividade político-partidária. Constituição Federal, artigo 73, § 3º, também repetido aqui no artigo 77 da Constituição.

No artigo 97, § 1ª da Constituição estadual, proíbe-se que os conselheiros exerçam atividade político-partidária. É o que está acontecendo agora, comprovado pelos jornais que está coordenando uma campanha do PFL, aqui.

O conselheiro tem o prazo de 30 dias para tomar posse e pode pedir prorrogação por mais 30 dias, desde que autorizado pelo presidente da Corte. Conta-se o prazo da publicação do decreto. Artigo 8º e parágrafos do regimento interno, tanto do Tribunal de Justiça como do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

O conselheiro assumiu no dia seguinte às eleições a coordenação da campanha aqui do PFL em Curitiba. Foi descumprida a lei que impede de ter atividade partidária. Eticamente este conselheiro, impedido de julgar as contas do prefeito, porque se o prefeito que ele apóia ganhar, ele é correligionário. Se o outro ganhar, é adversário político. Não tem imparcialidade para julgar contas. Há um impedimento claro da posse do secretário Heinz Herwig ao Tribunal de Contas, neste aspecto. Como ele irá julgar, também, as contas do Poder Judiciário, cujos membros também são dirigentes da eleição municipal e também está participando dela, porque está interpondo recursos, assinando petições e tudo mais, junto ao Poder Judiciário, neste momento, enquanto está indicado como conselheiro do Tribunal de Contas.

Estou tomando algumas providências, senhor presidente, entre as quais, fazendo uma representação ao corregedor do Tribunal de Contas, que o Tribunal de Contas reúna o Pleno e comunique a esta Casa que continua a existência de uma vaga e que os preceitos constitucionais e os impedimentos não estão sendo cumpridos. E que esta Casa, provocada por aquele tribunal, escolha um novo conselheiro, para que tome posse de imediato, porque o nosso Regimento Interno, senhor presidente diz que a partir da aprovação do Decreto Legislativo, ele tem que ser publicado em 24 horas. Nós temos a obrigação de cumprir, então, quase que sumariamente. A posse pode ficar "*ad eternum*". Isso não existe e não pode continuar existindo esta ilegalidade no Estado do Paraná. Então estou fazendo esta representação ao corregedor, ao presidente do Tribunal de Contas, ao Ministério Público. E segunda-feira entro com ação popular para impedir a posse deste secretário no Tribunal de Contas. E pelas avaliações, temos grandes chances de ganhar na Justiça, porque isto é uma imoralidade. Um governo que coloca 5 secretários de Estado para trabalhar numa campanha à Prefeitura Municipal, deixa lá os rebelados sem a presença do secretário de Justiça Pretextato Taborda, lá a rebelião continua, mostrando que este governo não tem política profissional. O Brasil inteiro está vendo esta situação do Paraná, bem fala o deputado Annibelli, o secretário está se dedicando à campanha, a colar adesivo de campanha, a ligar para gráfica para produzir material. É um descabimento o que está acontecendo! E nós temos na campanha, também, o secretário de Estado ganhando como secretário de Estado, como conselheiro - talvez não esteja ganhando como conselheiro porque não tomou posse, evidentemente - mas, na condição de conselheiro.

Então, estou anunciando estas representações, as ações populares, mais ou menos consubstanciadas nestes termos. No mês de abril deste ano, a Assembleia Legislativa, nos termos da Constituição do Estado, aprovou a indicação do senhor governador, o nome do engenheiro Heinz Herwig para ocupar o cargo de conselheiro deste egrégio Tribunal de Contas. O ato se deu através de Decreto legislativo nº 06, aprovado em 26 de abril, publi-

cado em Diário Oficial. Ao que se tem notícia até o presente, a data de nomeação pretendida pela Assembleia Legislativa não se consumou. Decorrido tanto tempo, é de se convir que estamos diante de uma situação anormal, que atenta contra os princípios da constitucionalidade, da legalidade e da moralidade. É que o assunto, assim como está, nos leva a duas hipóteses, ambas exigiam providências, a fim de que se solucione esta pendência. O Tribunal de Contas, a primeira hipótese, com que se defronta é a de que o senhor governador não quer nomear o indicado por não concordar com a Assembleia Legislativa. É uma hipótese. Ele não concorda com a aprovação da Assembleia Legislativa e não quer nomear.

No entanto, salta aos olhos que se esta é a causa da não nomeação havia o senhor governador de comunicar este Poder Legislativo. Todo ato deste Poder tem que ter uma resposta: ou se nomeia ou toma uma atitude ou então se responde negativamente. Isto porque não se pode, pela omissão, que se adie por tempo indeterminado o cumprimento de um ato que neste caso é meramente formal, pois ao governador não é dado escolher outro nome e nem vetar o que lhe apresentou. Acrescenta ainda que não pode ficar com a Corte, o Tribunal de Contas, com o quadro de conselheiros incompleto já que se sabe que os processos de prestação de contas do Estado, dos municípios se avolumam a cada dia. É indubitável o interesse e a necessidade da corte de ver nomeado o conselheiro indicado pela Assembleia Legislativa.

A outra hipótese que ocorre e nos parece mais viável é de que o senhor governador - hipótese mais plausível - está aguardando o término das eleições municipais para fazer a inadiável nomeação ou pedir que o senhor secretário se afaste e vá tomar posse junto ao Tribunal de Contas. Dissemos ser a mais viável porque os meios de comunicação desde abril até a presente data tem anunciado fartamente que o senhor Heinz só será nomeado após as eleições porque teria que compor o alto quadro do comando das eleições municipais do Partido que pertence ao PFL. Reforço a hipótese do malogro do PFL nas eleições municipais, municípios do Paraná, inclusive Curitiba, o que levou o senhor Heinz Herwig à condição de coordenador geral da campanha do senhor Cássio Taniguchi. Tal fato é grave porque retira do senhor Heinz a condição de imparcialidade, requisito primeiro para ocupar o cargo de conselheiro, além, é claro, de outros tais como independência, desvinculação de qualquer partido político. Aliás aqui é de se ter em conta que o senhor Heinz havia, logo após a escolha do seu nome pela Assembleia Legislativa, de tomar providências no sentido de preencher todos os requisitos exigidos para ocupar tão alto cargo. Continuar com vínculos partidários e realçada atuação política ofende os princípios éticos e da legalidade e da moralidade necessários à função de alto cargo da Corte de Contas. Pedidos os requisitos legais e morais para o exercício em decorrência do acima comentado, a situação que emerge de todo é desse Tribunal de Contas e esta Assembleia cumprir tomar as providências a

fim de que não se consuma a ilegalidade no preenchimento do seu quadro de conselheiros. Entendemos de que o pleno do Tribunal, assim como a Assembléia pode através de vários mecanismos legais, artigos, legislações, inclusive o nosso Regimento Interno, o Regimento Interno do próprio Tribunal, de declarar que continua vago este cargo e esta Casa indicar um novo conselheiro do Tribunal de Contas.

Digo mais, senhor presidente, entre as providências ao Ministério Público, a representação, a Correedoria, ao presidente do Tribunal de Contas, bem como ação popular que interporei, também estarei apresentando um decreto legislativo anulando aquele Ato dia 6 por ele não ter sido consumado. Se ele não consumou não tem um ato jurídico perfeito. Então, temos que rever a nossa posição. Não podemos continuar com esta imoralidade. Um secretário e conselheiro ao mesmo tempo estar coordenando uma campanha eleitoral na capital do Estado usando as influências do Judiciário usando a sua influência no Tribunal de Contas, sua capacidade de influência por estar no governo do Estado em benefício de uma campanha eleitoral, primeiro tem que ser impedido. Então, vamos tomar todas as providências. Acho que terei sucesso em impedir que esta imoralidade se instale no Paraná.

O Sr. Orlando Pessuti

Permite um aparte, deputado?

(Assentimento)

O assunto que Vossa Excelência aborda nesta manhã é por demais importante e de uma gravidade sem tamanho. A Assembléia Legislativa do Paraná, principalmente neste ano, em manifestações do nosso Presidente Nelson Justus, se colocou em alguns momentos frente à frente a posições que o Tribunal de Contas vinha adotando. Nesta Assembléia, neste Plenário, na semana passada, o deputado Fernando Ribas Carli fez um pronunciamento pesado em relação ao comportamento de alguns conselheiros, também pronunciamento nessa linha fez o deputado Valdir Rossoni, pronunciamento pesado, denúncias realmente que preocupam a todos nós. Em aparte o deputado Neivo Beraldin reproduziu aquilo que em outras oportunidades já o fizera em pronunciamentos a cerca do envolvimento pessoal de dois, ou três conselheiros na vida político-partidária do Estado do Paraná em benefício de filhos, em benefício de parentes, em benefício de amigos. Naquela oportunidade nós, perguntados que fomos por jornalistas, nos manifestamos na condição de presidente da União Nacional dos Legislativos Estaduais, porque por esse Brasil temos andado, e ainda ontem e anteontem, segunda e terça-feira, em Brasília tivemos uma reunião da nossa entidade, Unale, e também tivemos a reunião do Comitê Executivo da Conferência Parlamentar das Américas envolvendo parlamentares das três Américas do nosso Continente Americano, e ainda nesta semana, com a presença do deputado José Maria Ferreira que nos acompanhou, estivemos conversando com par-

lamentares de diferentes regiões do Brasil acerca dos problemas de relacionamento, do problema comportamental de membros conselheiros dos Tribunais de Contas. E reafirmo aqui que a preocupação que Vossa Excelência tem acerca deste fato específico em relação ao secretário dos Transportes, conselheiro aprovado por esta Casa, Heinz Herwig. Esta mesma preocupação e esponsada por diversos parlamentares dos diversos Estados da Federação Brasileira.

Tenho comigo que Vossa Excelência está repleto de razão, porque tenho pensado muito acerca dessas questões que foram aqui levantadas pelo presidente Nelson Justus, pelo líder do Governo, Valdir Rossoni, pelo deputado Fernando Ribas Carli, pelo deputado Neivo Beraldin, por deputados outros que conversam conosco como se diz: em manifestação de “pé de ouvido”, e tenho comigo que esta situação do secretário conselheiro nomeado por esta Casa, designado por esta Casa, é realmente de se preocupar porque ela, na minha avaliação, encontra-se de uma forma totalmente irregular. Por isso é que manifesto meu apoio a esta preocupação de Vossa Excelência; manifesto o meu apoio às medidas que estão sendo propostas por Vossa Excelência, e faço isso até com sentimento de tristeza pessoal porque sou amigo pessoal de Heinz Herwig, em que pese quando da sua indicação fui a essa tribuna e disse porque não votava nele para conselheiro e porque votava em Basílio Zanusso para se conselheiro.

Procuro sempre colocar com clareza o meu pensamento, as minhas posições, e separar o que é amizade do que é ação política, do que é ação de assembléia Legislativa. Não pode persistir essa situação, ela se reveste de irregularidade porque uma das questões que esta Casa mais tem cobrado, foi isso que cobrou o Valdir Rossoni, foi isso que cobrou Fernando Ribas Carli, foi isso que cobrou o deputado Beraldin, é isso o que cobram os demais parlamentares quando conversam conosco, foi esta posição que adotou o presidente Nelson Justus em alguns momentos de conflito e de confronto com o presidente do Tribunal de Contas, tenham ação política partidária escrachante, vamos dizer, como vem acontecendo. E é de se lamentar realmente, e digo isso com a tristeza que já manifestei, que o secretário que fez uma luta terrível para conseguir a sua designação por esta Casa, que cumpriu todas as etapas, de entrevistas, de documentos, de manifestação desse Plenário e de obtenção dos votos necessários, diga-se de passagem obteve um voto a mais do que o deputado Basílio Zanusso, mas ganhou por um voto. E que depois dessa terrível batalha, para conseguir a sua designação, para a Assembléia, aceite permanecer já por maio, junho, julho, agosto, setembro e outubro, seis meses sem exigir que o governo faça a sua nomeação ou ele próprio se apresentar, perante a corte, que é o Tribunal de Contas e exigir que se consuma o ato praticado por esta Casa.

Pessoalmente, entendo que ao se envolver politicamente, como está se envolvendo, ao adotar uma postura

partidária, como está adotando, após ter sido ele escolhido pelo plenário desta Casa, ele infringe instrumentos legais e constitucionais, evidentemente, e por essa razão deixou o direito de manter o direito de ser nomeado.

Por isso aprovo a manifestação de Vossa Excelência e espero, inclusive, que esta Casa, não só em relação a esse episódio, mas em relação aos outros episódios já denunciados, aqui, pelos deputados Fernando Ribas Carli, Valdir Rossoni, Neivo e pelos demais, em conversas isoladas, que possamos adotar as medidas.

Nós, enquanto presidente da Unale, estamos a nível de cada Assembléia fazendo conversações, para que possamos adotar algumas providências e medidas, que venham de encontro àquilo que a Legislação e a Constituição estabelecem, que é o não envolvimento político-partidário dos conselheiros e membros de Tribunais de Contas.

Deputados Colombo, quero colocar aqui só um pensamento que tinha e no início deixei, para contribuir com aquilo que Vossa Excelência está dizendo. Nós, deputados estaduais, vereadores, prefeitos, aqueles que buscam o voto, quando vamos a uma eleição temos que preencher uma série de requisitos, que procuramos preencher, durante o registro da candidatura nos submetemos a uma eleição como se submeteu o conselheiro. Após sermos declarados eleitos, existe já diversas coisas que não podemos fazer. Após a nossa diplomação seria, talvez, o caso do conselheiro, sendo de certa forma diplomado e eleito. Foi eleito quando obteve o voto. Foi diplomado quando teve o decreto publicado. Nós não podemos fazer diversas outras coisas. Não podemos firmar contrato. Não podemos fazer isso ou aquilo e, depois, da posse, tantas outras coisas não se pode. Existe um ritual, um rito, para nós, quando somos eleitos. Imagina-se que para um conselheiro também que foi votado e diplomado, como conselheiro, também têm alguns princípios e coisas que não podem mais acontecer. Infelizmente, não está sendo respeitado esse princípio.

(Aplausos)

O SR. IRINEU COLOMBO

Parabéns, deputado.

Resumindo: conforme está na lei, os conselheiros têm impedimentos de desembargadores. Se ele precisa da nomeação, há dúvida, do governador, ele já extrapolou o prazo, para a sua nomeação. Se não precisa de nomeação, continua vago, ele não pode mais tomar posse, porque já está estabelecido o crime, pelos impedimentos, participação partidária, envolvimento em campanha eleitoral e ele não poderá tomar posse. Por uma outra opção, que nós tenhamos, há uma dúvida legal quanto a isso, ele está impedido de assumir, e muito mais ética e moralmente.

Obrigado, senhor presidente.

(Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Para concluir no Grande Expediente com a palavra o deputado José Maria Ferreira.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Senhor presidente, senhores deputados, senhora deputada, visitantes que hoje comparecem a esta Casa de Leis para acompanhar os trabalhos desta Assembléia, há mais de 3 anos a Oposição nesta casa vem denunciando com firmeza, com coerência, o desmando acontecido no Banestado, especialmente na Banestado Leasing. Por várias vezes teve requerimentos de informações impedidos que pudessem ser aprovados nesta Casa, teve rechaçados, rejeitados os pedidos de abertura de CPI para que pudéssemos analisar aquilo que estava ocorrendo no Banestado.

E quem perdeu com isto, foi a sociedade paranaense, perdeu o povo de nosso Estado, sobretudo aqueles que compõem uma instituição de mais de 70 anos que hoje estamos vendo em frangalhos e quase sem condições de sua recuperação.

Tudo por quê? Pela irresponsabilidade administrativa, e nós já dizíamos isso há 3 anos e meio que era irresponsabilidade administrativa o que estava se fazendo no Banestado, e é tentando buscar uma atitude que possa ainda fazer algum resgate senhor presidente, que apresento à Mesa, um projeto de resolução, de suspensão provisória de privatização do Banco do Estado do Paraná, até conclusão das investigações entrantes perante o Tribunal de Contas, o Ministério Público do Estado do Paraná, Procuradoria da República, Banco Central do Brasil e Tribunal de Contas do nosso Estado. Isso baseado em quê? Se me permite fazer a leitura do Projeto de Resolução:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº

SÚMULA:

Suspensão provisória da privatização do Banco do Estado do Paraná até conclusão das investigações em trâmite perante o Tribunal de Contas da União, Ministério Público do Estado do Paraná, Procuradoria da República, Banco Central do Brasil e Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Art. 1º - A alienação das ações do Banco do Estado do Paraná prevista no artigo 2º da Lei nº 12.201, de 25 de junho de 1998, ficam suspensas pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

Parágrafo Único - O leilão designado para o dia 17 de outubro de 2000 fica prejudicado, devendo se aguardar a conclusão das investigações sobre os negócios realizados pelo Banco do Estado do Paraná, em trâmite perante o Ministério Público do Estado do Paraná e Procuradoria da República, bem como conclusão das autoridades encetadas pelo Tribunal de Contas da União, Banco Central do Brasil e Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Art. 2º - Decorrido o prazo de 180 (cento e oitenta) dias a Secretaria da Fazenda fica obrigada a fazer nova avaliação dos bens ativo e do passivo do Banco do Estado do Paraná S/A.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 11.10.2000.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

1 - DA BASE REGIMENTAL PARA A APRESENTAÇÃO DO PROJETO DE RESOLUÇÃO

O Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, em seu artigo 122, § 2º assegura a apresentação pelos deputados de projeto de resolução nos termos seguintes:

“Art. 122 - A Assembléia exerce a sua função legislativa por via de projetos de lei, de resoluções ou de decretos legislativos.

§ 2º - Os projetos de resoluções, destinam-se a regular as matérias de caráter político, administrativo e processual, sobre que deva a Assembléia pronunciar-se exclusivamente em casos concretos, tais como:...”

Portanto, apresenta na forma regimental o projeto de resolução, a fim de ser analisado e aprovado pelo parlamento estadual, visando a proteção do patrimônio público do povo do Paraná, em obediência aos cânones do direito administrativo que rege a administração pública, estabelecidos no artigo 37, da Constituição da República.

2 - DA BASE LEGAL PARA A SUSPENSÃO DA VENDA DO BANCO DO ESTADO DO PARANÁ

As Leis Estaduais nº 11.961, de 19 de dezembro de 1997, 12.201 de 25 de junho de 1998 e nº 12.602, de 30 de junho de 1999, autorizaram a alienação das ações do Banco do Estado do Paraná S.A.

O Banco do Estado do Paraná tem sido um dos mais importantes instrumentos para o desenvolvimento econômico do Estado, fomentando a agricultura, a indústria e outros setores de vital importância para economia do Paraná.

A venda do Banco do Estado do Paraná significa grande prejuízo para a economia do Paraná, considerando que o Banestado sempre foi uma instituição de grande importância no desenvolvimento econômico do Paraná.

As graves irregularidades e fraudes que estão sendo objeto de investigações no Tribunal de Contas da União, Ministério Público do Estado do Paraná, Procuradoria da República, Banco Central do Brasil e Tribunal de Contas do Estado do Paraná, justificam aguardar o

prazo de 180 (cento e oitenta) dias previsto no projeto de resolução.

as investigações e as suas respectivas conclusões poderão influenciar no valor das ações do Banco do Estado do Paraná.

2.1 - DO FUNDAMENTO JURÍDICO

A Constituição do Estado do Paraná define e estabelece a atribuição e competência da Assembléia Legislativa:

“Art. 54 - Compete, privativamente à Assembléia Legislativa:

XXVIII - fiscalizar e controlar os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta.”

“Art. 74 - A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Estado e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pela Assembléia Legislativa mediante controle externo e pelo sistema de controle interno de cada Poder”.

Continua ainda o seguinte:

Os bens e interesses públicos não pertencem à administração e nem aos seus agentes, cabe-lhe apenas geri-los e conservá-los, por eles velar em prol da coletividade.

Esta sim é a verdadeira titular dos direitos e interesses públicos.

O princípio da indisponibilidade enfatiza tal situação, a administração não tem a livre disposição dos bens do interesse público, porque atuam em nome de terceiros.

É em nome de terceiros, que proponho à Mesa este projeto de resolução para que nós tenhamos estancada a condição da venda, do leilão do Banestado, porque nós estamos vendo o que está acontecendo com o Banespa.

Hoje, por várias vezes com seu leilão dilatado e com certeza nós o teremos em novembro, antes inclusive.

E se levarmos em conta que não houve consideração de alguns valores tais como Crédito Tributário. Tenho o balanço da IUNG, no balancete de 31 de dezembro, que mostra o valor do Crédito Tributário, de um bilhão, seiscentos e cinquenta e oito milhões de reais.

O Banco Central estabelece que pode ser utilizado 30% do seu valor a cada exercício para pagamento de imposto de renda e contribuições sociais.

Ora, só o valor do Crédito Tributário, se considerado o que fez a governadora do Estado do Maranhão, Roseane Sarney em que considerou como patrimônio 28%. O Banco do Estado do Paraná teria um acréscimo na ordem de 450 milhões. Só a valorização de 28% do Crédito Tributário, o que as instituições que vierem adquirir terão durante um período condições de absorver todo esse crédito a base de 30% sobre cada exercício fiscal.

Ora, nós estamos entregando um banco por 434 milhões de reais, com crédito tributário na ordem se utilizado pouco mais de uma quarta parte, estamos entregando um valor de 450 milhões. Ele é maior do que aquilo que se pretende obter através de leilão do Banestado.

É uma irresponsabilidade, não dá para aceitar e não tem como a sociedade paranaense calar-se diante deste momento.

O momento é de se manifestar pela defesa do Estado do Paraná, pelo interesse da sociedade paranaense.

O deputado Caíto Quintana e nós já fizemos isso em outras oportunidades e outros deputados também o fizeram, dizendo que não importa a que governo pertenceu, se possíveis desmandos houveram. Mas importa que a sociedade paranaense tenha condição de transparência desse processo. Aqui diz o presidente da CUT, que foi até ameno na questão da privatização do Banestado, disse que era assunto para discutir em outra oportunidade. Ele bem fez, porque nós não estamos discutindo se privatiza ou não, mas nós estamos querendo é a transparência para conhecer quem realmente levou o Banco do Estado do Paraná à dissolução. Nós não colocamos ideologia neste processo, mas estamos querendo direitos do cidadão, é a cidadania. É conhecer como é que foi feito, como isso vazou.

Quando assinam aqui numa ação interposta pelos presidentes da Associação do Banestado, senhor Valter Senhorinho, presidente da Federação dos Sindicatos dos Bancários, Ivo Ribeiro, presidente do Sindicato dos Bancários de Curitiba e Região Metropolitana, José Daniel Dantas e o presidente da Central Única dos Trabalhadores Roberto Antonio e, inclusive o doutor Valter Senhorinho foi vice-presidente do Banco e ele está assinando, é sinal que ele está disposto a responder como ex-diretor, como vice-diretor pelos atos que cometeu. Se lá tiverem alguma imperfeição.

Então não entendemos porque este governo não quer conhecer a verdade, não quer conhecer a transparência e, pior ainda, não se dispôs a defender a Assembléia quando foi levantado o questionamento. Por quê? Porque não há como defender. É indefensável você tentar colocar um Banco - de um patrimônio, do valor, da importância econômica do Banco do Estado do Paraná, a leilão, por um valor ínfimo de 434 milhões! É impossível!

E na petição subscrita por estas instituições, vem aqui um dado que eu desconhecia, apesar de ter acompanhado com diligência especial a questão do Banestado, mas desconhecia: "Fazem avaliação, crédito em liquidação. No último balanço desta rubrica foi apresentado o valor de 1 bilhão, 397 milhões". Tenho um balancete da IUNG - de Associados, de 31 de março do corrente ano e este crédito já não é mais de 1 bilhão, 387 e sim de 1 bilhão, 391 milhões e 602 mil. Esses créditos - na sua grande maioria, encontram-se em cobrança judicial e contam com garantias reais. Se apenas 40% forem recu-

perados, o novo controlador obterá uma entrada de caixa, portanto, lucro líquido, da ordem de 554 milhões. Valor superior, *de per si*, ao preço mínimo estipulado para a venda de leilão do Banestado.

Ora, é mais um agravante que encontramos. É mais um agravante que se dá neste processo de leilão do Banestado. Por isto esta Casa tem que tomar uma atitude até para a defesa, senhor presidente e senhores deputados, da sua imagem e do papel institucional que ela deve desenvolver enquanto órgão fiscalizador. Não tem como. Não é questão partidária, não é questão ideológica, é questão de defesa do interesse do nosso Estado e nessa questão não permite e não tem espaço para a discussão dessas questões.

Concedo aparte ao deputado Caíto Quintana.

O Sr. Caíto Quintana

Vossa Excelência, Deputado José Maria, com profundidade, aborda esta questão da tribuna que, aliás, deva ser abordada mais vezes na próxima semana.

Há três pontos fundamentais e rápidos. Primeiro: reforçando o que diz Vossa Excelência a respeito da necessidade de conhecermos por quê o Banco estar assim? Veja bem: não foi no boteco da esquina, não foi numa reunião de amigos, foi no Senado da República em intimação social que a senhora Tereza Grossi declarou em nome do Banco Central, numa avaliação feita, que uma quadrilha assaltou o Banco do Estado do Paraná. E o governo do Paraná não quer saber quem é a quadrilha! Quer dizer, isso mancha a imagem do próprio Paraná lá fora. Acho que no instante em que o recurso público está sendo acusado de ter sido assaltado, o mínimo que se espera é que se saiba quem são os assaltantes e, para isso, temos o que fazer.

Em segundo lugar: não quero roubar o tempo de Vossa Excelência porque vamos abordar este assunto na segunda-feira, o Banco do Estado possui títulos federais da ordem de quase 4 bilhões de reais, são títulos de liquidez imediata. Que adquiridos pelo comprador do Banco podem ser negociados e utilizados - inclusive, no pagamento de uma futura compra do Banespa, por exemplo. Estamos entregando, de graça, títulos que estão em carteira do Banestado para que ele possa ser utilizado em negócios futuros pelo comprador.

Terceiro lugar: sei das dificuldades que temos da Oposição nesta Casa. Mas queria aproveitar Vossa Excelência que está na tribuna, para anunciar que saímos com quatorze assinaturas aqui do Bloco de Oposição - de uma emenda constitucional, artigo 149 da Constituição:

"Que o Sistema Financeiro Estadual composto pelo Banco do Estado do Paraná e pela participação do Estado do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul, estruturado de forma a promover o desenvolvimento equilibrado do Estado e a servir aos interesses da coletividade, será regulado em lei complementar, obedecendo em sua organização, funcio-

namento e atribuições às normas emanadas à legislação federal.

Parágrafo Único - As modificações no sistema financeiro estadual só poderão ser promovidas após realização de consulta popular através de plebiscito.”

Vamos apresentar esta emenda e esperamos que a Bancada da Situação nos apóie e nos ajude para aprovarmos isso e permitir ao governador Jaime Lerner chegar ao Banco Central, e dizer: “Olha, eu fiz um acordo, queria comprar, mas tem um bando de loucos deputados, que resolveu aprovar uma emenda constitucional e que agora não posso fazer mais nada”.

Jogue em cima de nós.

(Manifestação da platéia)

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Presidente, solicitaria o Horário do PSDB, se me permitir?

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Vossa Excelência tem mais três minutos.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Mas, se o governo está preocupado, deputado Caíto Quintana, como Vossa Excelência afirmou, e com certeza ele devia estar preocupado com 421 milhões de ações da Copel dentro do Banestado, que não têm nenhuma referência quanto a ser ressaltada nesta transação. São 421 milhões de ações da Copel que estão cau-cionadas no Banco e, ainda mais, mais de 6% do Sercomtel de Londrina, que também consta dentro do Banestado.

Então, são essas as questões que nós gostaríamos de vir falar. E o próprio governo, através de auditoria feita, sabe onde foi, porque em 31 de março nas notas explicativas, nas demonstrações financeiras, no balancete que é editado pelo IUNG tem 557 milhões de prejuízo ocorridos na Banestado Leasing. São dados que o governo traz no seu balancete e publicado. Então, quando um governo fecha os olhos e não quer conhecer quem foram os responsáveis por esta falcatura toda, evidentemente, que a responsabilidade pessoal do secretário, pessoal do governador se somam ainda muito mais do que aquela que já é institucional.

Concedo um aparte ao deputado Valdir Rossoni - líder do Governo.

(Manifestação da platéia)

O Sr. Valdir Rossoni

Deputado José Maria, o que me causa estranheza da sua posição em colocar esses números aqui, neste momento, é de que nós tivemos uma audiência pública onde foi discutida a questão da privatização do Banestado. E Vossa Excelência poderia muito bem ter feito uso desses números, ido à audiência pública e feito a defesa dessa sua proposta. O que nós estranhamos é que nem Vossa Excelência, nem outros deputados que se pronunciaram aqui estiveram na audiência pública. E esta audiência

pública era para esta finalidade, para discutir e esclarecer as questões da privatização do Banco do Estado. Isso é que tem que deixar claro, que eu não vou entrar na questão de números, porque nós discordamos dos números que Vossa Excelência coloca. São números aqui, vários números que Vossa Excelência cria na sua imaginação.

Mas se Vossa Excelência...

(Manifestação da platéia)

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Quero solicitar à platéia que sempre se portou de maneira muito digna, ouça da mesma maneira que ouviu a colocação dos deputados que defendem a não privatização do Banco, que, por gentileza, ouçam as colocações. A democracia é isto, é isto que se preza nesta Casa, e, sem educação não há democracia.

Por gentileza, não me obriguem a suspender a Sessão.

O Sr. Valdir Rossoni

Senhor presidente, em virtude do ocorrido, peço verificação de quórum para prosseguimento da sessão.

Só concluindo meu aparte, quero deixar contestado, e eu nunca fui numa assembléia do Banestado fazer o que estes estão fazendo. Meu princípio é a educação e estou aqui como deputado e tenho todo o direito de exercer o direito da palavra, é meu direito, e jamais alguém vai me fazer calar porque estou aqui autorizado a falar.

Encerro meu aparte e tão logo o orador termine sua fala, peço Verificação de Quórum.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Com a palavra o deputado José Maria Ferreira.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Eu dei aparte no sentido de procurar estabelecer um diálogo, mas o deputado e líder do Governo Valdir Rossoni precisa, primeiro, questionar os números que seu governo produz. Se Vossa Excelência vai questionar, contestar junto ao governo que produziu porque está aqui o relatório. E, se antes não fomos à audiência pública é porque sabíamos que lá não tínhamos documentos e isso aqui nos chegou depois porque toda a vez que pretendíamos conhecer a situação do Banestado, a Bancada do Governo impedia que tivéssemos as informações. Esta é a verdadeira razão e não adianta agora o senhor deputado vir aqui tentar posar de bom mocinho, mas nós nunca tivemos a informação, nunca passou um requerimento de informação nesta Casa que fosse de interesse da Oposição para conhecer a realidade.

Então, esta é uma colocação descabida que Vossa Excelência faz e os relatórios estão aqui. Eu posso lhe ceder. Eu não compareceria às audiências públicas assim como não comparece ninguém da Oposição porque lá era uma farsa.

O SR. VALDIR ROSSONI

A obrigação de Vossa Excelência era comparecer à Audiência Pública.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Aqui estão os dados que o governo produziu e que o próprio líder do Governo recusa e não reconhece, como não reconhece também...

O SR. VALDIR ROSSONI

Vossa Excelência não compareceu à Audiência Pública.

O SR. ORLANDO PESSUTI (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, é evidente que o deputado Valdir Rossoni está ferindo o Regimento ao tentar impedir a fala do nosso deputado. E eu gostaria de deixar claro aqui que a obrigação do parlamentar não é de ir na Audiência Pública, é de ir na tribuna da Assembléia e falar aquilo que pensa.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Concluindo, senhor presidente. Assim são os dados levantados pela Metrize (?) onde foram superfaturados e depois posso encaminhar junto com o levantamento feito pelo Ministério Público, deputado Valdir Rossoni.

Agradeço o tempo e sua benevolência em reconhecer a importância do nosso pronunciamento. Muito obrigado!

(**Aplausos**)

O SR. VALDIR ROSSONI

Peço Verificação de Quórum, senhor presidente, para prosseguimento da sessão.

O SR. NEREU MOURA

Solicito chamada nominal dos senhores deputados.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Esta Mesa defere e solicita ao senhor 1º secretário para que proceda à chamada nominal dos senhores deputados.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Hermas Brandão**)

(**Procede à chamada nominal dos senhores deputados**).

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Dezoito senhores deputados. Há número legal para prosseguimento da sessão.

O SR. ORLANDO PESSUTI (**Pela Ordem**)

Só para um esclarecimento a este Plenário e pedido de providências à Mesa, foi por duas vezes chamado o deputado Ângelo Vanhoni ele encontra-se em licença,

aprovado por este Plenário e portanto não pode estar presente.

O SR. ALGACI TULIO

Senhor presidente, senhores deputados.

Venho a tribuna para dar satisfação à Casa do trabalho que está sendo efetuado pela Comissão Parlamentar de Inquérito do Narcotráfico e do Crime Organizado. Isto porque, senhor presidente, nós iniciamos ontem 16 horas na sessão pública que se estendeu até as cinco horas e trinta minutos da madrugada de hoje e dizer a Vossas Excelências de que durante todo o transcorrer da nossa Comissão Parlamentar de Inquérito nesta audiência pública nós tivemos momentos muito importantes, tivemos praticamente um jogo de xadrez entre as pessoas que estavam sendo ouvidas e as pessoas que estavam sendo denunciadas. Graças à colaboração dos deputados Ricardo Chab, Serafina Carrilho, presente aqui à sessão, muito embora tenha saído desta Casa as cinco e meia da manhã, deputado Luiz Accorsi, deputado Luiz Carlos Alborghetti, deputado Thiago Amorim que evidentemente engrandeceram a nossa audiência pública se mantendo durante todo este período para que nós pudéssemos ao final da sessão termos um coroamento do êxito do trabalho que vem sendo realizado até aqui, às vezes um pouco criticada a CPI, muitos achando morosidade, outros achando que a CPI estava fazendo muitas sessões internas, ouvindo depoimentos reservados e que não estaria mostrando a cara daquelas pessoas que precisavam de repente, para a imprensa, para a mídia serem colocadas publicamente. Nós aprendemos com a CPI federal que passou por aqui, aprendemos a ter cautela, aprendemos a ter paciência, aprendemos a ter respeito para com o semelhante. E por esta razão a CPI pautou neste sentido de ter muito cuidado e esse cuidado, esse jogo de xadrez, essa paciência resultou na madrugada de hoje, senhor presidente, senhores deputados, e companheiros do Banestado que estão aqui resultou em duas prisões. Claro que este não é o papel político do deputado, não estamos aqui para ficar inquirindo ninguém, não é esta a função. Nossa função é a função legislativa, mais criaram-se as CPI's e de deram às CPI's esta condição de trabalho. E nós tivemos, senhor presidente, senhores deputados, um momento muito importante da CPI por volta das cinco horas da madrugada quando acionamos o Ministério Público, passando ao Ministério Público toda uma série de informações, de detalhes, que convenceram os representantes do Ministério Público a pedir ao Meritíssimo Juiz João Kopytowski a prisão temporária de três pessoas.

Nós, em função disso, e atendendo a esse pedido, o juiz evidentemente acatou e nós demos voz de prisão durante a madrugada de hoje ao senhor Hissan Hussein Dehaini, vulgo Sadan, brasileiro, casado, empresário, residente na cidade de Araucária. Demos também a voz de prisão ao senhor Anderson Luis Cabrini, vulgo Didião, brasileiro, casado, também residente em Araucária; e

demos também voz de prisão ainda para uma terceira pessoa de nome Carlos Braz Oliveira Machado, que esta não estava presente, não se conseguiu localizá-la, mas outros dois saíram algemados do Plenarinho desta Assembléia.

Para que tudo isso pudesse acontecer, senhor presidente, é evidente que a CPI se valeu de um trabalho bastante grande, com viagens para o interior, com remoção de pessoas para Curitiba, com ida dos senhores parlamentares e sub-comissões para algumas cidades do Paraná, na região metropolitana, no interior e no litoral do Estado do Paraná. Então, eu queria, senhor presidente, nesta manhã de quinta-feira, sei que o assunto que falo aqui não é do interesse dos companheiros e companheiras que estão na platéia, mas é uma satisfação que este parlamentar dá em nome da nossa CPI.

E quero ao mesmo tempo fazer, senhor presidente, os agradecimentos a todo o corpo de segurança da Casa que foram pacientes, que nos atenderam da melhor maneira possível, a todo o pessoal da Polícia Militar que acompanhou, que deu toda a cobertura à Casa, aos senhores parlamentares, e às pessoas que vieram depor. Mas em especial quero neste momento, senhor presidente, fazer um agradecimento muito especial ao corpo de funcionárias, de funcionários do setor de taquigrafia da Assembléia Legislativa. Essas senhoras, a maioria delas me parece são casadas, têm filhos, estavam desde o expediente normal de ontem, a partir das 9:00 horas da manhã já estavam aqui nesta Casa fazendo os trabalhos da Sessões anterior da Assembléia, e em seguida atenderam a Sessão normal de ontem a tarde, e depois, a partir das 16:00 horas se colocaram à disposição da CPI que como já disse foi até às 5:30 da madrugada de hoje. É necessário que se faça esse reconhecimento, senhor presidente, porque afinal de contas em que pese ser esta uma Casa Legislativa, as taquígrafas serem servidores públicas, elas também têm os seus compromissos de família, de pegar os seus filhos na creche, no colégio, têm o seu marido em casa para dar satisfação, e de repente passaram toda a noite, toda a madrugada aqui nesta casa prestando serviço. Então, eu quero, para que fique registrado nos Anais da Casa, o reconhecimento desta CPI a Maria Lilian De Amaral Borchardt, a Regina Trinkel, ao Airton Cesar Santin, a Maria Elisa Rebelo Borges, a Doroti Wolkmer Linhares, a Maria de Lurdes Mafra Magalhães, a Patrícia Dorneles Dantas, a Isabel de Cristo, a Raquel Tassi, a Sonia Aparecida Matsuno, a Stela Maris Aguiar Machado, a Teresa Cristina Campelo, a Katia Maria Trinkel Bruneti, a Ivani Aida Cardoso, a Cristina Izabel Pinto e a Andréia Urban, que fique registrado o agradecimento desta CPI pela colaboração, pelo trabalho. E vejam os senhores, todo esse trabalho de doze horas e meia de audiência tem agora que ser retirado das fitas, dos gravadores, sendo feito o trabalho de datilografia porque nós precisamos ainda, pelo menos até sexta-feira, e aí vai mais um sacrifício de todas, entregar ao Meritíssimo Juiz todas essas cópias taquigráficas porque é necessário que se coloque no pedido de prisão temporária dessas três

pessoas. Por isso, senhor presidente, venho à tribuna desta Casa, fazer este registro e justificar a ausência dos deputados Ricardo Chab, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Accorsi e Tiago Amorim, que evidentemente também cansados, não puderam comparecer à Sessão, porque ninguém é de ferro - prestaram serviço à sociedade curitibana e paranaense e, por esta razão, venho aqui fazer este comunicado à Mesa da Assembléia.

Há um requerimento na mesa, que certamente, por falta de quórum não será votado, que pede a prorrogação por mais sessenta dias desta CPI. Queremos ainda completar mais algum trabalho, senhor presidente, se os companheiros parlamentares entenderem que seja necessário, realmente, estando de acordo com a prorrogação, evidentemente que na segunda-feira, esta Casa deverá aprovar este requerimento.

Muito obrigado, senhor presidente.

(Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Esta presidência cumprimenta o deputado Algaci Tulio, como de resto, os membros da CPI do Narcotráfico, que ontem, realmente ficaram aqui, por horas a fio até essa manhã. Estendo o seu especial agradecimento às taquígrafas, aos funcionários da Casa, que mais uma vez deram um exemplo extraordinário de competência e dedicação. Esta Presidência não tem cansado de enaltecer o trabalho dos funcionários da Casa.

A Mesa Executiva tem procurado dar uma demonstração desse agradecimento. Ainda há um pouco mais que deveremos fazer até o final desse ano.

Parabéns e muito obrigado, em nome da Assembléia e do povo do nosso Estado, que ao contrário do que se imaginava, as CPI's aqui nesta Casa, não viraram "pizza".

Passa-se ao Horário das Lideranças.

PL. PT. PPB. PMDB.

Com a palavra, o deputado Nereu Moura.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI

Presidente, Questão de Ordem.

(Assentimento)

Senhor presidente, apenas rapidamente, com a deferência do deputado Nereu Moura, que ocupa a tribuna, gostaria de agradecer o senhor Ivo Ribeiro, que é presidente da Federação dos Bancários, pela compreensão, tendo em vista que através da federação saiu um comunicado, um expediente de comunicação a todos os bancários do Paraná, colocando os deputados que foram favoráveis e os que foram contra a privatização. Eu, como votei contra a privatização e a informação foi colocada de forma errônea no jornal - assegura ele que vai corrigir esta informação.

Agradeço a compreensão. Muito obrigado.

(Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Com a palavra, o deputado Nereu Moura.

O SR. NEREU MOURA

Senhor presidente, senhores deputados, a questão do Banestado já foi amplamente discutida e exaurida aqui, e ela é muito oportuna, para que todos tenhamos consciência do que, efetivamente, está ocorrendo com esse braço do povo do Paraná, que é o Banco do Estado, que foi e que é um instrumento fundamental da nossa economia - um Banco que existe em quase todos os municípios do Paraná, levando o desenvolvimento, uma qualidade de vida boa, para as pessoas mais longínquas que vivem em todos os municípios do nosso Estado.

Com a possível privatização do Banco é natural, que muitas cidades, segundo estimativas, muitas agências serão fechadas. O povo do interior, cidades pequenas, serão extremamente prejudicados com a venda do nosso Banco. Esse assunto foi exaustivamente discutido aqui.

Por isso, quero falar de outro assunto, senhor presidente.

Estamos acompanhando pela imprensa o motim na Penitenciária de Piraquara, o terceiro nos últimos dias, aqui no Paraná. Mas o fato que me chamou a atenção, que a Penitenciária de Piraquara está ligado no cronograma do governo do Paraná, à Secretaria de Justiça. E onde está o secretário de Justiça, senhor Pretextato Tabora? Na campanha do prefeito Cássio Taniguchi! Onde está o secretário de Justiça, que deveria estar lá, fazendo a negociação? Que deveria estar lá zelando para que houvesse um encaminhamento correto deste motim? Está na campanha do prefeito Cássio Taniguchi! É a denúncia que temos que fazer, é a denúncia que o Paraná tem que saber! Onde está o secretário de Transportes? O deputado Irineu Colombo falou: na campanha do PFL de Curitiba! Onde está o secretário de Justiça? Na campanha do PFL de Curitiba! Onde está o secretário assessor do governador, Gerson Guelmann? Na campanha do PFL de Curitiba! Onde está o secretário especial do governador, Cid Campêlo? Na campanha do PFL de Curitiba! Estão todos desesperados procurando tirar do buraco aquele que o povo irá sepultar no dia 29 de outubro!

E quando, senhor presidente, quando observamos ali, na Rede Globo, em cadeia nacional, mostra o devaneio deste governo, mostra a política errada para o sistema prisional, quando esperávamos que o governo pudesse lá interferir para que o motim que se estabeleceu na prisão Central de Piraquara, aliás, como disse no início do meu pronunciamento, o terceiro nos últimos dias, aqui no Paraná, busca-se que o secretário de Justiça estivesse ali, cumprindo o seu dever, porque recebe um salário que o povo do Paraná paga, onde está? Fazendo campanha eleitoral, fazendo política e não cumpre o seu dever para o qual o povo do Paraná cumpre pagando o seu salário!

Por isso a denúncia que quero fazer aqui hoje aos deputados desta Casa: que o Paraná hoje, infelizmente, hoje os secretários de Estado estão todos, aliás esqueci de

mais um, deputado Colombo, o David Campos, secretário de Comunicação, também está na campanha o PFL de Curitiba, também. São poucos os homens do governo que estão trabalhando. A grande maioria está á disposição do PFL, aqui na capital do Paraná.

Hoje o jornal Folha do Paraná traz em sua manchete ataques ao PT, usa a rede de governo, os computadores do Palácio Iguaçu estão sendo usados para difamar o deputado Angelo Vanhoni. O próprio governo, através da máquina, através do dinheiro público, está jogando infâmia para caluniar a campanha do PT, a campanha do deputado Ângelo Vanhoni. É o dinheiro público, é o dinheiro do povo usado de forma maldosa, usado para tentar salvar aqueles que mamam nas tetas do governo. Aqueles que não querem perder as tetas porque sabem que com a vitória do deputado Angelo Vanhoni esta situação irá mudar, a partir do dia 1º de janeiro do ano que vem. Vai mudar e por isso desesperados, usam e abusam, deputado Irineu Colombo, aqui a estrutura do governo para jogar notícias inverídicas, querendo criar na sociedade de Curitiba aquela velha imagem que o povo não aguenta mais, de que comunista come criança, de que o PT sendo vitorioso haverá invasões em Curitiba e será o fim do mundo. Ora, o povo de Curitiba é inteligente e sabe que esse discurso já é atrasado, que o povo de Curitiba já sabe que essa prática não cola e por isso nós não conseguíamos entender porque que o governo faz de tudo para tentar jogar uma imagem falsa usando inclusive o dinheiro do próprio povo, usando a máquina administrativa.

Concedo um aparte ao deputado Irineu Colombo.

O Sr. Irineu Colombo

Deputado Nereu Moura, há pouco o deputado, nosso líder deputado Orlando Pessuti ratificava aqui a informação de que o deputado Angelo Vanhoni assim que foi para o 2º turno, na primeira sessão já protocolou um ofício pedindo licença nesta Casa, deputado Angelo Vanhoni está sem receber o seu salário de deputado, salário nenhum porque não tem vinculação empregatícia nesse momento, está sob licença e está fazendo a sua campanha com a humildade que lhe é característica.

É importante ressaltar isso, que o deputado Angelo Vanhoni está de licença desta Casa, e conforme eu falei no meu pronunciamento o secretário Heinz Herwig, secretário conselheiro, ou conselheiro secretário, não soubemos o que está valendo, não está de licença, está ganhando.

O Sr. Valdir Rossoni

Não é verdadeiro, senhor deputado, Vossa Excelência não tem conhecimento, está de licença.

O Sr. Irineu Colombo

O Pretextato Tabora está ganhando, todos os secretários estão ganhando para trabalhar na campanha.

Então, o meu pronunciamento vem mais uma vez não no sentido de mostrar que existe a máquina pública a favor de determinado candidato, mas vem mostrar que existe absoluta ilegalidade, se há dúvidas legais, se alguém quiser contestar as minhas ações, mas ficará com certeza, pelo menos que falta neste governo, admistração pública, gente capacitada, postura ética e moral.

Por outro lado, senhor deputado, convém ressaltar que uma peça publicitária veiculada na campanha passada colocava o candidato, prefeito do PFL, e por trás dele o ministro do bingo Rafael Greca, dizendo que estaria apoiando e também o governador do pedágio, Jaime Lerner. Mas nesse 2º governo Jaime Lerner nós conhecemos quem mais está por trás também, desse prefeito, Noronha, Candinho, aliás, o Candinho também que era conselheiro desse governo e tantos outros que estão por trás.

Então, é importante saber que por trás dessa campanha, além da ilegalidade, da imoralidade, da falta de postura ética, nós temos também o desacalabro administrativo que tira gente que deveria trabalhar para distribuir santinho na cidade de Curitiba.

O SR. NEREU MOURA

Para concluir, senhor presidente, eu vou ficar devendo um aparte ao deputado Edgar Bueno, para eu não prejudicar a Presidência que está fazendo cumprir o Regimento Interno.

Acho que a política é bonita, os candidatos devem fazer a sua campanha, levarem as suas mensagens, as suas propostas, o que não pode é usar a máquina do governo, o que não pode é descaradamente usar a máquina do governo, o que não pode é os secretários de Estado ao invés de ficar cumprindo o seu papel, trabalhem à noite se quiser, trabalhem fora do expediente, mas não na hora do expediente, e principalmente acontecendo um fato grave, aonde há denúncias inclusive da possibilidade de assassinatos lá no Presídio Central de Piraquara.

O secretário da Justiça deveria estar lá. O primeiro, conduzindo as negociações, mas está ali no comitê da campanha do atual prefeito de Curitiba. Isso é inaceitável.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Ainda no Horário das Lideranças. Liderança do Governo, com a palavra o deputado Valdir Rossoni.

O SR. VALDIR ROSSONI

Senhor presidente e senhores deputados, espero que os funcionários do Banestado me ouçam, sou deputado tenho o direito de fazer uso da palavra e contestar aqui algumas afirmações. Tenho certeza que poucos teriam a coragem que tenho, porque tenho uma virtude que prezo muito na minha vida, que é o meu passado.

Quero dizer aos funcionários do Banestado aqui presentes que perdi muitas horas de sono analisando esta situação do Banestado.

Eu, como pessoa física, não trabalho com o Banestado, nunca fiz um empréstimo, porque me sentia impedido por ser deputado estadual e fazer uso do cargo, por questão particular alguns acham que não, outros acham que sim.

Por isso, fico aqui com a consciência tranqüila para dizer que é lamentável o que está acontecendo com o Banestado, porque como disse ao deputado José Maria e aproveito para responder ao deputado Orlando Pessuti, que quando ele pediu a Questão de Ordem - não cabia a Questão de Ordem - mas ele tem essa facilidade de aproveitar o momento para receber o aplauso, dizer que este parlamentar sabe muito bem que o parlamentar deve e pode fazer uso da tribuna.

Não desconheço isso, deputado Pessuti, quero dizer a Vossa Excelência, que tenho conhecimento, não preciso que Vossa Excelência venha determinar ou querer dar conselhos a quem tem conhecimento do Regimento Interno.

Quando questionei o deputado José Maria e por mais que Vossas Excelências e os senhores funcionários discordem do meu posicionamento, quero ser claro aqui. Quando foi feita a audiência pública, não adianta discordar, pode sim discordar dos números, mas a audiência pública que foi feita para a privatização do Banestado era obrigação de quem não concordava com os números oferecidos pela diretoria do Banestado. Era obrigação dos senhores parlamentares em estar presente naquele momento para contestar e levar esses números naquela audiência pública.

Negar isso seria negar a verdade.

Assisti esta semana a sessão do Senado da República, quando ouvi a declaração de uma diretora que disse que na Banestado Leasing instalou lá uma quadrilha. Do qual concordamos.

Além de concordar, dizer as Vossas Excelências que no exato momento que ocorreu aquelas irregularidades, o governador determinou a instalação de uma sindicância, houve quebra de sigilo bancário e toda sindicância que foi feita foi encaminhada ao Ministério Público e cabe ao Ministério Público agora e à Justiça, colocar as pessoas que são culpadas na cadeia.

Também quero fazer um pedido aqui aos deputados de Oposição, que já que eles não conseguem, alegam de que não conseguem, aqui, os esclarecimentos, quero dizer que adotamos um critério na questão dos esclarecimentos que cabe ao governo, de não aprovar os requerimentos aqui, mas colocar todas as pessoas responsáveis - no momento em que a Oposição quisesse, para prestar os esclarecimentos pessoalmente. Porque elas poderiam - ao prestar os esclarecimentos - ser questionadas e aí teríamos o debate entre as pessoas responsáveis pelo Banestado na frente da Oposição. Por duas ou três vezes colocamos toda a diretoria do Banestado à disposição dos senhores parlamentares, marcamos a data, convidamos os senhores parlamentares para que isto acontecesse e aí seria a grande oportunidade dos questionamentos e tam-

bém das discordâncias que existem entre as questões que estamos falando aqui do Banestado.

Também me cabe responder o pronunciamento do deputado Nereu Moura, quando ele vem à tribuna talvez não tenha conhecimento, alegando que secretários de Estado estão fazendo campanha. Ora, gente, vivemos num momento de eleições municipais, vivemos num momento de eleições. Muitas vezes faltei às sessões para comparecer às eleições municipais no interior do Estado que é onde tenho minha base. Os secretários - para ficar claro e acredito que os senhores parlamentares podem verificar isso -, quero dizer que todos os secretários que estão na campanha do prefeito Cássio estão licenciados. Então não podemos deixar que esse discurso se torne verdade: ou é falta de conhecimento ou quero fazer o esclarecimento, porque todos os secretários estão afastados dos seus cargos. Eles têm todo o direito como cidadão de participarem das eleições. Eles são entes políticos. Aí negar que eles possam participar de uma eleição, não queremos exercer a democracia. É um direito deles, estão afastados dos cargos podem fazer campanha de dia ou de noite. Isto ocorreu não só neste governo, isto ocorreu em todos os governos. Fui Oposição nesta Casa e vários parlamentares, lembro-me, aqui, da campanha de prefeito do Requião quando o governador José Richa se licenciou ao governo para fazer campanha. E nunca levantamos aqui nada contra isso porque achamos legítimo. A ausência, o pedido do secretário para se ausentar do cargo, não está ganhando, é um direito. Ou não queremos o exercício da democracia.

Também quero dizer aos senhores funcionários do Banestado, além de ouvir daquela diretora do Banco Central essas palavras, que para um bom paranaense é ruim de serem ouvidas, quanto à Banestado Leasing também ouvi do diretor do Banco Central - Carlos Freitas, onde foi claro quando ele disse que estou dizendo as palavras do diretor do Banco Central, que não existe nenhuma irregularidade na questão da privatização do Banestado. E mais, ele disse na sua declaração e, se for necessário, poderemos buscar o áudio para que possamos ver e ouvir. Disse além disso que o problema do Banestado veio ocorrendo ao longo da sua história e cada vez veio se agravando mais. E o grande erro que o governador Jaime Lerner cometeu, esta é a minha avaliação, quando assumiu o governo do Paraná, o Banco do Estado do Paraná ia ao redesconto diariamente a juros altíssimos, buscar 700 milhões, por dia, para cobrir o rombo do Banestado.

O governador Jaime Lerner tinha duas saídas, ou ele assumia uma postura de defesa do Banestado para tentar salvar o Banestado do caos que se encontrava, ou ele fazia como Mário Covas fez em São Paulo, deixava quebrar o banco e nós ficaríamos sem banco. O governador como paranaense, pensou no banco como nós pensamos, ele disse: “- Vamos assumir esse problema e vamos tentar solucionar o problema do Banestado”. O que aconteceu com o Banestado? A crise e todos os senhores lembram, principalmente, a crise asiática aprofundou a crise

da questão bancária, os juros foram à estratosfera e o problema do Banestado se agravava.

Se o governador Jaime Lerner, naquele momento em que assumia o governo do seu antecessor, pensasse apenas politicamente e lavasse as mãos, o Banestado estaria falido no outro dia, e nós não estaríamos hoje na mesma situação que estamos hoje, sendo crucificados pelo povo, de não termos tentado salvar o Banestado. O erro de avaliação política, naquele momento, faz com que o governo Jaime Lerner, hoje, pague muito caro pela questão Banestado. Agora, quero dizer aos senhores parlamentares de que a questão Banestado não é uma questão isolada no nosso País, não é uma questão isolada, não é apenas o Banestado que está sendo privatizado, é uma questão nacional. Todos os Bancos estaduais estão falidos e estão sendo privatizados, inclusive o gigante, que é o Banespa. Esta é a grande verdade.

E podem ter certeza que, neste momento, o governador Jaime Lerner está refletindo muito sobre esta questão, E podem ter a certeza também que a atitude do governador será aquela que puder trazer menos prejuízo ao Estado do Paraná.

Agradeço aos funcionários por terem me ouvido com educação e dedico aos senhores a minha educação também; agradeço aos senhores parlamentares por terem me ouvido e agradeço a Vossa Excelência, senhor presidente, pela condução dos trabalhos desta Casa num momento quente e de difícil condução.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Ainda no Horário das Lideranças, a Liderança da Oposição. Com a palavra o deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Senhor presidente, senhores deputados, companheiros e companheiras aqui presentes.

Sem sombra de dúvidas, a questão do Banestado toma conta do nosso pensamento não só neste momento de hoje em que estamos debatendo o assunto, mas também foi motivo de muitas preocupações, muitos pronunciamentos desta tribuna ao longo destes últimos quatro, cinco anos.

Quando verificamos a doutora Tereza Grossi afirmando numa sessão oficial da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado que uma “quadrilha” tomou conta do Banestado Leasing, isto para nós não causou nenhuma estranheza, não causou nenhuma surpresa porque há mais de três anos, nós da Oposição, e alguns até do governo, reservadamente, afirmávamos isto. Quer dizer, não era segredo para nós! Pena que ao longo de todo este processo de mais de 4 anos não se tenha conseguido a publicidade das denúncias que foram feitas desta tribuna.

E, quando falo em tribuna, deputado Valdir Rossoni, quero me reportar novamente à Questão de Ordem que fiz e que foi condenada por Vossa Excelência para

dizer a obrigação maior do deputado, não vou dizer que o deputado não devesse ir a uma audiência pública, mas, a obrigação do parlamentar é vir à sessão plenária e foi para isso que o povo nos elegeu, foi esta a delegação que recebemos de vir aqui na tribuna da Assembléia Legislativa do Paraná dizer aquilo que pensamos, aquilo que acreditamos ser o correto, mostrar aquilo que entendemos ser errado.

Não é obrigação do deputado, não é o jeito mais certo de fazer as coisas, não aprovar pedidos de informação, colocar a estrutura do governo à disposição, não é mais correto, deputado Rossoni deixar de vir à tribuna para falar e ficar registrado nos anais desta Casa do que irmos a uma secretaria, do que irmos a uma agência bancária ou diretoria do Banco para lá ouvirmos as explicações. As explicações têm que ser dadas aqui, neste Plenário, como sempre foi o nosso desejo e que, infelizmente, este desejo ficou pelo meio do caminho porque, na maioria das vezes, senão na totalidade das vezes, foi impedido de se concretizar pelas ações comandadas por Vossa Excelência.

Diz, Vossa Excelência, deputado Rossoni, que o governo tão logo tomou conhecimento das denúncias das irregularidades, determinou uma sindicância. Só que a primeira providência do governo quando determinou a sindicância não foi afastar aqueles todos, não foi punir aqueles todos que estavam envolvidos! A primeira providência que o governo tomou, que o governador Jaime Lerner tomou, em relação àquilo que hoje se chama de “quadrilha da Banestado Leasing” foi nomear o diretor presidente da Banestado Leasing para secretário de Estado! Esta foi a primeira providência que se tomou e isto precisa ficar registrado aqui na Assembléia.

Tomou providências em relação às sindicâncias? Tomou, mas a primeira providência que tomou foi atribuir ao diretor presidente do Banestado Leasing o foro privilegiado de secretário de Estado do Esporte e Turismo do Paraná.

Outra coisa que nos é passada diariamente e hoje nos foi dito pelas lideranças das entidades, pelos funcionários do Banestado que aqui estão, que a avaliação do banco, só uma pessoa tem acesso a esta avaliação, que é o secretário Giovani Gionédís. Nem o presidente do banco, segundo nos informam as lideranças que aqui estão, tem tido acesso a esta avaliação que foi feita pelo Banco Fator, para que o Banco Banestado pudesse ser colocado à venda. É o mesmo comportamento na questão da avaliação do Banestado, que o governo adota agora, é o mesmo comportamento que adotou quando por diversas e diversas vezes esta Casa tentou ter ciência dos famosos protocolos de intenções firmados pelo governo com as montadoras, que nós não conseguimos, naquela ocasião, tomar ciência e mesmo recorrendo à justiça não conseguimos tomar conhecimento, naquela ocasião. O mesmo jeito de fazer as coisas, a mesma prática é adotada agora, quando só o secretário Giovani Gionédís, mais ninguém, tem acesso à avaliação feita para venda do

Banestado. E de tudo aquilo que foi falado, aqui, hoje, pelos deputados que nos antecederam na tribuna, pelos deputados da Oposição, pelos deputados do governo, tiro algumas conclusões. Nós vamos vender um banco. Nós, não, porque desde o primeiro momento nós da Oposição e este deputado em especial, se colocaram frontalmente contrários à privatização do Banestado. Votamos contrários a todas as propostas que aqui vieram e que levavam a esta fórmula adotada para o saneamento e a esta medida de privatização do banco.

Mas, eu conversava ainda há pouco com o deputado José Maria Ferreira, nós vamos vender um banco e vamos entregar pelo menos uma meia dúzia de bancos para aquele que comprar. Por que isso? Porque vão comprar um banco por 450, vamos arredondar. E lá existem 420 mais 6 da Sercomtel e ações da Copel. Quer dizer, já paga o valor que a pessoa utilizou para comprar o banco. Existe um bilhão e 600 milhões de créditos tributários. Vamos dizer que apenas 30% deste valor possa ser utilizado. Nós sabemos que pode ser utilizado até o valor total. Mas, vamos dizer que apenas 30%, já dá 480 milhões. Mais um banco o controlador novo vai ganhar. Um bilhão e 400 milhões de créditos em liquidação. Vamos dizer que apenas, vamos dizer que eles façam uma proposta: quitem a dívida por 30% do valor. Vamos dizer que 30% seja recebido, trezentos, três vezes quatro, doze: 420. Mais um banco está sendo dado a quem comprar.

Além disso, prezados deputados e senhor presidente foi aprovado por esta Casa, com voto contrário das Oposições, a autorização para que o banco controlador, o novo dono do Banestado, tenha garantido para este banco novo que vai se constituir, após o Banestado, movimentação das contas oficiais por 5 anos. E por aquilo que foi dito, aqui, se não me falha a memória pelo deputado Irineu Colombo e por outros parlamentares que vieram à tribuna, isto vai significar uma renda, um lucro para o controlador nestes 5 anos, superior a 1 bilhão e meio, quase 2 bilhões de reais, significa mais dois ou três bancos que ele vai ter de lucro. Então, nós estamos vendendo um banco por 400, o novo controlador vai conseguir ter em suas mãos 5 ou 6 bancos. E o que é que vai sobrar para nós, o povo do Paraná? Uma dívida de 5, quase 6 bilhões de reais.

É necessário que nós, realmente façamos estas reflexões e que adotemos as providências. E neste sentido me pediram, fazer a entrega a Vossa Excelências, de um documento firmado pelo doutor Valter Senhorinho, presidente da Associação do Banestado, pelo Ivo Ribeiro, presidente da Federação do Sindicato dos Bancários, pelo José Daniel Farias, presidente do Sindicato dos Bancários de Curitiba e pelo Roberto Antonio Van Der Osten, presidente da Central Única de Trabalhadores.

Estou, inclusive, fazendo um requerimento para que este documento firmado por estas pessoas possa ficar registrados nos Anais da Casa; deixo à deliberação da Casa se submete o requerimento ou Vossa Excelência de próprio punho com as atribuições que tem como presi-

dente pode despachar para que se registre nos Anais da sessão de hoje este documento para que nós todos possamos ter a clareza daquilo que está acontecendo e que não venhamos depois alegar que não sabíamos daquilo que estava acontecendo, daquilo que estava envolvendo a privatização.

O Sr. José Maria Ferreira

Permite um aparte, deputado?

Deputado Pessuti, lhe agradeço o aparte. Havia solicitado ao nobre líder do governo e ele usou todo o seu tempo e infelizmente não concedeu. Mas para esclarecer a fala do líder do Governo, deputado Valdir Rossoni. O deputado disse que quando o governo Jaime Lerner em primeiro de janeiro de 95, pegou o banco estava quebrado, indo no redesconto com 700 milhões de reais. Mas os registros dos dados nos trazem à memória de que no dia 5 de janeiro de 95 o governador Jaime Lerner fez uma correspondência ao Banco Central dizendo que o banco precisava de ajustes, mas que o banco era um banco viável e que não poderia ser considerado, inclusive em relação a outros bancos estaduais e fez uma série de considerações que tem elencada no ofício dele e uma delas a redução de despesas e aporte de capital. Feito isto em setembro o banco já tinha capitalizado 580 milhões pelo esforço das agências, pelo esforço de seus funcionários e da política de contenção de despesas. O Banco se equilibró em outubro quando o então presidente, Luiz Antonio Fayet, entregou o cargo, o Banco já estava equilibrado, só que foi aí, senhor presidente, senhores deputados, que a coisa realmente degingolou, porque aí veio o buraco da Banestado Leasing aonde teve que aportar de imediato 600 milhões de reais para tampar o buraco e é isto que o deputado Valdir Rossoni não levou em consideração, porque já estava saneado o Banco, aí veio a crise asiática, aí realmente ele foi no redesconto inclusive com juros de até 49,5%. Aí houve todo o processo que levou ao Banestado a desintegração de até 49,5%. Aí houve todo o processo que levou ao Banestado a desintegração como nós constatamos hoje.

(Aplausos)

O SR. ORLANDO PESSUTI

Agradeço ao deputado José Maria pelo aparte e concluo, senhor presidente, reafirmando mais uma vez em meu nome pessoal e em nome dos deputados da Oposição que não vamos abandonar a trincheira de luta. Não só nós, os três senadores do Paraná, Álvaro Dias, Osmar Dias, Roberto Requião protocolaram no dia de ontem ação contrária à privatização do Banco. Sabemos que outras entidades aqui hoje presentes estão agindo da mesma forma e nós na segunda-feira quando retornarmos a esta Assembléia continuaremos a nossa pregação contra a privatização do Banco do Estado do Paraná.

(Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Esta presidência recebe o ofício do presidente Walter Senhorinho, da Associação Banestado, da Federação, do Sindicato dos Bancários, que incorpora este ofício ao discurso de Vossa Excelência para que ele se dê como lido, e conste das notas taquigráficas da Casa.

Excelentíssimo senhor presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

As entidades representativas dos bancários, especialmente aqueles empregados do Banco do Estado do Paraná, por seus representantes ao final assinados, vêm à presença de Vossa Excelência expor e requerer o que segue:

- I -

Mesmo antes da publicação do edital de venda do Banco do Estado do Paraná, muito tem-se falado sobre irregularidades que maculam o processo e eivam de dúvidas, especialmente quanto a possibilidade de prejuízo do Estado.

Estamos agora na iminência de ver privatizado o Banestado, patrimônio de todos os paranaenses, única instituição de fomento, que vem gerando desenvolvimento e renda para milhares de paranaenses.

Presente, com suas agências, em 328 municípios paranaense (em 143 municípios é a única instituição financeira existente nas cidades) o Banestado é mais do que um banco: é uma instituição, com a qual todos nos identificamos.

O Estado do Paraná, inexplicavelmente, vem imprimindo um ritmo alucinado na sua tentativa de privatizar o Banestado. Tal açodamento tem, inclusive, gerado contradições entre os membros do governo. Como é público e notório, o senhor Reinhold Stephanes, presidente do Banestado, tem aconselhado mais calma e ponderação em tal intento, entretanto, a marcha imposta segue, implicando em diversos problemas jurídicos, gerando inúmeras ações judiciais, algumas de particulares, outras de iniciativa do Ministério Público Estadual e da Procuradoria da República, inclusive denúncias perante esta Casa.

Dentre as questões que estão sendo impugnadas, ressaltam as seguintes:

1 - A pré-qualificação dos concorrentes foi realizada antes da definição das condições de venda do Banestado, ferindo a lei das licitações;

2 - No edital de venda não foi incluída a capitalização realizada com recursos do Estado, em valores superiores a 4 milhões de reais. Tais valores embora constem de ata de assembléia do Banestado, desaparece no edital, configurando transferência de recursos públicos para os futuros controladores, sem qualquer fundamento legal;

3 - O governo estadual utilizou-se de ações da Copel como garantia do resgate de precatórios, caracterizando desvio de finalidade dos recursos originários, malferindo a Lei Estadual nº 12355/98. Caso o Estado não resgate tais títulos (em valor superior a 420 milhões de reais), os novos controladores do Banestado passariam a

participar do controle acionário da Copel em verdadeira “privatização indireta” daquela companhia energética;

4 - Para tornar mais atraente aos bancos privados sua participação no leilão de privatização, o governo do Estado contraiu dívidas junto à União Federal para proporcionar créditos a receber de responsabilidade do governo federal, resgatáveis a médio e longo prazo. Por tal mecanismo o Estado do Paraná arcará com débitos superiores a trezentos e trinta milhões de reais, que poderiam ser utilizados em outras finalidades. Mais do que isso, poderiam continuar no Banestado, mesmo após a privatização. O benefício concedido aos bancos privados interessados na privatização não só se justificam como se traduzem em inegável comprometimento do patrimônio público;

5 - Não bastasse isso, o Estado do Paraná contraiu dívida junto à União, no valor de trezentos e trinta e três milhões para retirar do balanço do banco, valores relativos a “créditos tributários”. Ao mesmo tempo, não incluiu os valores relativos a tais créditos na definição do preço mínimo de venda do banco. Tais créditos tributários totalizavam em março de 2000 o valor de um bilhão, seiscentos e cinquenta e oito milhões de reais. Por incrível que possa parecer, os novos controladores poderão adquirir o banestado por pouco menos de meio bilhão e continuarão na titularidade de tais créditos tributários, em valor três vezes superior. Evidentemente, se o Estado pagou para retirar tais créditos do balanço, deveria permanecer na titularidade dos mesmos. Todavia isso não foi feito.

6 - Os créditos considerados de difícil liquidação, foram repassados ao Estado do Paraná.

Os novos controladores adquirirão o Banestado somente com os créditos de fácil liquidação. Os de liquidação duvidosa, serão arcados pelo dinheiro público.

O povo paranaense perderá duas vezes: por razões políticas foram concedidos créditos que se mostraram de difícil recuperação. Isso motivou a privatização do Banestado.

Agora, tais créditos não serão resgatados, causando novo prejuízo ao erário público. Desta forma, os bancos que comprarem o Banestado deixarão de correr risco em relação a mais de duzentos e cinquenta milhões de reais, que serão suportados por todos nós, paranaenses.

- II -

2.1 - Além desses problemas jurídicos, um em especial tem chamado a atenção do contribuinte, que é o preço fixado como mínimo para a venda do Banco. As dívidas são plenamente justificáveis.

Em São Paulo, onde processo similar é desenvolvido com o Banespa, constatou-se que, tivesse ocorrido a privatização, o Estado teria prejuízo equivalente a 1 bilhão de reais, em razão da sub-avaliação feita.

Este equívoco de 1 bilhão de reais decorreu da metodologia escolhida - fluxo de caixa descontado - que

é precisamente a mesma utilizada para a avaliação do Banestado.

2.2 - Para melhor desvendar o critério adotado, é preciso considerar-se alguns dados técnicos.

Este método consiste na projeção de operações dentro de um horizonte determinado, sendo que a geração de caixa é trazida a valor presente pela aplicação de uma taxa de desconto.

O horizonte considerado foi de 10 anos e as informações utilizadas foram as de 31 de março de 2000, o que por si só representa um problema, pois como é de conhecimento público, nesta data, a atuação operacional do Banestado restringiu-se a aplicações em títulos públicos federais, que apresentam menor taxa de remuneração que outro tipo de aplicação. (Para exemplificar destacamos que o Ativo circulante e o realizável a longo prazo (aplicações de curto e longo prazos), naquela data era de R\$6.379.410 mil. Deste total apenas 20,38% estavam aplicados em Operações de Crédito, que geram maior receita. Em Títulos Públicos estavam aplicados R\$51,24 que geram menor receita).

É preciso saber que no “Fluxo de Caixa” foi considerado que o novo adquirente será um banco privado, com outras características, que certamente não manterá as aplicações pouco rentáveis da data tomada como parâmetro.

O presidente do banco, na data de hoje, em entrevista concedida ao periódico “Gazeta Mercantil”, fs. B2, confessa que os negócios do Banestado estão reduzidos a 70% (setenta por cento) da sua capacidade: “Puxamos o freio de mão devido aos acordos com o Banco Central, cuja orientação era de que fôssemos extremamente conservadores”.

Ora, a projeção feita tomou como base o pior momento do banco, que por determinação do BC deixou de arrecadar e fazer aplicações rentáveis, partindo portanto, de uma premissa falsa.

Outros questionamentos precisarão ser respondidos antes que a venda aconteça e o prejuízo do erário público seja concretizado. Indagações como as que passamos a formular:

a) Qual foi o tratamento dado ao crédito tributário na aferição do preço mínimo? (como o fluxo de caixa permite projetar resultados futuros, é razoável imaginar os efeitos decorrentes da compensação sobre os impostos a pagar);

b) Os imóveis pertencentes ao Banco que eventualmente já tenham seu valor depreciado foram considerados na definição do preço do Banco? (Apesar de esses imóveis já terem sido absorvidos contabilmente em exercícios anteriores, o correto é a atribuição de valor de mercado que será incorporado pelo novo controlador);

c) Qual a razão de se considerar a projeção no prazo de 10 anos?

d) Qual a sinergia entre as empresas do conglomerados que foi considerada na avaliação? Esta situação con-

tinuará a mesma com o novo controlador, ou ele potencializará esta sinergia?

e) Qual a projeção estimada para os produtos vendidos nas unidades nos próximos 10 anos?

f) Como foram considerados outros itens que não podem ser avaliados pelo método de fluxo de caixa descontado?

g) Qual a taxa utilizada como parâmetro para simular uma aplicação de risco próximo de zero que poderia eventualmente ser utilizada pelo novo controlador, caso optasse por adquirir o Banestado?

h) Qual a taxa de risco estimativa para o País para medir o risco assumido pelo novo controlador?

i) Qual a taxa considerada como de risco para a empresa?

A venda do Banestado sem que estas dúvidas tenham sido solucionadas, sem que os laudos técnicos utilizados para a definição do preço mínimo de venda tornem-se públicos, importará em risco de graves prejuízos ao Estado do Paraná, a exemplo do que aconteceria em São Paulo, não fosse a suspensão da privatização, possibilitando maiores estudos e a fixação de valor mais razoável, ao menos 1 bilhão de reais superior.

2.3 - É ainda mais justificável o pleito de que seja suspensa a privatização marcada para o próximo dia 17 de outubro, ao constatar-se que o mesmo avaliador que cometeu o erro em relação ao Banespa é também quem avaliou o Banestado.

O Banco Fator e a Consultoria Booz-Allen & Hamilton fizeram os estudos utilizados para estabelecer-se o preço mínimo do Banespa, e o Banco Fator e Consórcio CCF fixaram o preço mínimo para o Banestado. Nas duas oportunidades, foi utilizado o mesmo método, com a confirmação de erro na primeira, reconhecido na Justiça e pelo responsável, conforme declarações no mesmo período citado, em anexo.

2.4 - Mesmo aos olhos leigos, o valor mínimo fixado para a venda (434 milhões de reais) chama a atenção, pois é inferior até mesmo ao patrimônio líquido do Banco avaliado em 554 milhões de reais, conforme balanço trimestral do Banco, publicado em 31 de março de 2000.

Outros fatos que necessitam de apreciação da Assembléia:

- Benesse ao adquirente do Banco dos recursos do Tesouro Estadual, pelo período de cinco anos: a lei aprovada pela Assembléia Legislativa do Estado, impõe ao Tesouro que toda a arrecadação seja mantida pelo período de cinco anos em contas bancárias junto ao novo controlador. Isto acarretará um lucro conforme a seguir exemplificado:

a) valor médio dos depósitos: 250 milhões de reais;
b) resíduo de depósitos do pagamento de 157 mil funcionários públicos estaduais: 50 milhões de reais;

c) aplicação dos 300 milhões (alíneas anteriores) - 5% de juros (aplicação mais baixa do mercado) - equivalem a 15 milhões de reais mensais, totalizando 180 milhões de reais por ano, sem capitalização.

Isto ocorrerá sem qualquer benefício aos trabalhadores, que sequer terão a garantia de seus empregos pelo mesmo período.

- Créditos em liquidação: no último balanço, sob esta rubrica foi apresentado o valor de 1 bilhão e 387 milhões de reais. Estes créditos, na sua grande maioria, encontram-se em cobrança judicial, e contam com garantias reais. Se apenas 40% destes forem recuperados, o novo controlador obterá lucro de aproximadamente 554 milhões de reais. Valor superior, por si só, ao preço mínimo estipulado para a venda. Certamente este dado não foi considerado pelos auditores.

- Créditos tributários: estes créditos estão estimados em 1 bilhão 587 milhões de reais, de acordo com o balanço publicado. Contrariando exemplo de outros Estados (no Estado do Maranhão, a governadora Roseana Sarney, exigiu do Banco Central a valorização em 28% dos seus créditos tributários, incorporando-os no preço do banco para uma possível federalização, já negociada com o Banco Central), este valor não foi incorporado ao preço do Banco. Se o mesmo procedimento fosse adotado no Paraná, o Banco do Estado teria o seu preço elevado em mais 444,36 milhões de reais. Mais uma vez, torna-se incompreensível a avaliação feita, pois é inferior a esta importância isoladamente. Neste caso, o valor deste crédito é acrescido das suas imprescritibilidade, pois o novo controlador poderá utilizá-lo por tempo indeterminado no abatimento dos seus impostos de renda.

- Ações da Copel: no edital de venda do Banestado, não há qualquer ressalva sobre as 421 milhões de ações da Copel, vencíveis em 31 de dezembro de 2000 (segundo a Secretaria de Estado da Fazenda). Caso não haja o resgate ou mesmo, não sendo garantida a possibilidade jurídica de que o Estado venha a resgatar tais ações, o novo controlador será proprietário de aproximadamente de 30% das ações do capital votante da Copel. Aqui, não somente causa espécie o descaso do Estado, em não resguardar o direito a este patrimônio, como também a inconstitucionalidade da operação, pois a transferência graciosa do controle acionário ocorrerá sem concorrência pública e à margem da Bolsa de Valores.

- FUNBEP e PASS: houve a fixação de prazo de 18 meses para que o Banestado continue a ser patrocinador dos planos de saúde e previdenciário, desta feita, também os funcionários não foram agraciados com o mesmo tempo de garantia de emprego.

- III -

Apesar das evidências constatadas, inclusive pelo Ministério Público, o governo estadual insiste em realizar o leilão no próximo dia 17 de outubro.

Assim, pergunta-se: Caso não seja esclarecido o processo de avaliação do banco, haverá condições concretas e objetivas de fazer retornar o Banestado ao Estado do Paraná? A resposta é evidentemente negativa.

Os números singelamente mostrados, que são de conhecimento público, demonstram que o patri-

mônio constituído pela população do Paraná durante 70 anos será entregue ao grande capital privado, de maneira desastrosa e negligente por parte dos governantes deste Estado. A continuar, esta privatização entrará para a história do Paraná e do Brasil como um dos maiores prejuízos causados aos cofres públicos.

A expectativa é que surja, em amparo ao povo deste Estado e contra a injustiça que está sendo cometida, a atuação desta Casa.

Sendo assim, espera-se que vença a ponderação, aconselhando a postergação do leilão de privatização para que os fatos possam ser melhor elucidados.

As entidades abaixo firmadas, então, solicitam que esta Assembléia Legislativa do Paraná, em cumprimento de sua missão constitucional e de suas responsabilidades, se digne a:

1 - Instaurar procedimento de investigação para apurar os critérios utilizados para a avaliação do Banestado e fixação do preço mínimo de leilão;

2 - Requer que o Banestado junte, no prazo de 10 dias, os laudos técnicos dos dois avaliadores contratados, com todos os dados e critérios utilizados;

3 - Seja determinada a suspensão da privatização do Banestado até que um auditor especial designado possa apurar os fatos e as circunstâncias relatadas, para que então seja marcada nova data para o leilão.

Esperando o deferimento dos requerimentos acima, as entidades signatárias solicitam sejam informadas das providências determinadas.

Curitiba, 11 de outubro de 2.000

(aa) WALTER SENHORINHO

Presidente da Associação Banestado

IVO RIBEIRO LUSKA

Presidente da Federação dos Sindicatos de Bancários

JOSÉ DANIEL FARIAS

Presidente do Sindicato dos Bancários de Curitiba

ROBERTO ANTONIO VON DER OSTEN

Presidente da Central Única dos Trabalhadores

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Como não há número legal para votação e qualquer tipo de deliberação nós encerramos a presente sessão, marcando...

O SR. IRINEU COLOMBO (**Pela Ordem**)

Acabo de receber a informação que há uma liminar já suspendendo o leilão do Banco para terça-feira. Apenas para fazer este comunicado.

(**Aplausos**)

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 16, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 312/2000 e do Projeto de Resolução nº 024/2000.

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 280 e 306/2000.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 004, 013, 074, 283 e 313/2000.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 207, 289, 295 e 303/2000.

Levanta-se a Sessão.

Atas das Comissões:

COMISSÃO DE FINANÇAS

2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos sete dias de junho de dois mil, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Finanças, na Sala de Reuniões das Comissões, presidida pelo senhor deputado Ademir Bier, mais a presença dos seguintes senhores deputados: Duílio Genari, Elio Rusch, Beto Richa e Péricles Mello. Não havendo expediente a ser lido, o senhor presidente deu início aos trabalhos, solicitando ao secretário que proceda a leitura da Ata da reunião anterior. O senhor deputado Duílio Genari requer dispensa da leitura. O senhor presidente defere. A seguir passou-se à Ordem do Dia. 01) Projeto de Lei nº 13/2000, de autoria da deputada Luciana Rafagnin. Relator deputado Péricles mello. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 02) Projeto de lei nº 006/2000, de autoria do deputado Luiz Fernandes Litro. Relator deputado Edgar Bueno. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 03) Projeto de Lei nº 133/2000, de autoria do deputado Divanir Braz Palma. Relator deputado Ademir Bier. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 04) Projeto de Lei nº 291/99, de autoria do deputado Péricles Mello. Relator deputado Elio Rusch. Parecer FAVORÁVEL pelo encaminhamento ao Plenário. 05) Projeto de Lei nº 001/2000, de autoria do deputado Divanir Braz Palma. Relator deputado Elio Rusch. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 06) Projeto de Lei nº 004/2000, de autoria do deputado Luiz Fernandes Litro. Relator deputado Elio Rusch. Parecer FAVORÁVEL pelo encaminhamento ao Plenário. 07) Projeto de Lei nº 89/2000, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 006/2000. Relator deputado Beto Richa. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada será assinada pelo senhor presidente, pelos senhores deputados presentes, e por mim Wilson Penka, secretário da Comissão.

(aa) ADEMIR B IER - Presidente

Wilson Penka - Secretário

COMISSÃO DE FINANÇAS
2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA
ATA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e oito dias do mês de junho de dois mil, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Finanças, na Sala de Reuniões das Comissões, presidida pelo senhor deputado Ademir Bier, mais a presença dos seguintes senhores deputados: Duílio Genari, Beto Richa e Péricles Mello. Não havendo expediente a ser lido, o senhor presidente deu início aos trabalhos, solicitando ao secretário que proceda a leitura da Ata da reunião anterior. O senhor deputado Duílio Genari requer a dispensa da leitura. O senhor presidente defere. A seguir passou-se à Ordem do Dia. 01) Projeto de Lei nº 12/2000, de autoria da deputada Luciana Rafagnin. Relator deputado Péricles Mello. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada será assinada pelo senhor presidente, pelos senhores deputados presentes, e por mim Wilson Penka, secretário da comissão.

(aa) ADEMIR BIER - Presidente
Wilson Penka - Secretário

COMISSÃO DE FINANÇAS
2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA
ATA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos nove dias do mês de agosto de dois mil, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Finanças, na Sala de Reuniões das Comissões, presidida pelo senhor deputado Ademir Bier, mais a presença dos seguintes senhores deputados: Duílio Genari, Elio Rusch e Ademar Traiano. Não havendo expediente a ser lido, o senhor presidente deu início aos trabalhos, solicitando ao secretário que proceda a leitura da Ata da reunião anterior. O senhor deputado Duílio Genari requer a dispensa da leitura. O senhor presidente defere. A seguir passou-se à Ordem do Dia. 01) Projeto de Lei nº 567/99, de autoria do Poder Executivo. Relator deputado Elio Rusch. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 02) Projeto de Lei nº 104/2000, de autoria do deputado Antonio Carlos Belinati. Relator deputado Duílio Genari. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 03) Projeto de Lei nº 007/2000, de autoria do deputado Edson Strapasson. Relator deputado Ademir Bier. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 04) Projeto de Lei nº 074/2000, de autoria do deputado Beto Richa. Relator deputado Ademir Bier. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada será assinada pelo senhor presidente, pelos senhores deputados presentes e por mim Wilson Penka, secretário da comissão.

(aa) ADEMIR BIER - Presidente
Wilson Penka - Secretário

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA
ATA DA 8ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos dezoito dias do mês de setembro de dois mil, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do senhor deputado Basílio Zanusso e com a presença dos seguintes deputados: Pastor Edson Praczyk, Plauto Miró, Antonio Carlos Belinati, Serafina Carrilho, Nereu Moura, Hermes da Fonseca, Tony Garcia e mais os deputados Orlando Pessuti, Marcos Isfer e Valdir Rossoni. Havendo número legal, o senhor presidente deu por aberta a presente reunião. Passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 298/2000, de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do deputado Algaci Tulio - APROVADO; 02) Projeto de Lei nº 276/2000, de autoria do deputado Luiz Carlos Zuk. Parecer FAVORÁVEL do deputado Tony Garcia - APROVADO; 03) Projeto de lei nº 299/2000, de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do deputado Antonio Carlos Belinati - APROVADO; 04) Projeto de Lei nº 300/2000, de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do deputado Valdir Rossoni - APROVADO; 05) Proposição-Veto nº 051/2000, de autoria do Poder Executivo, que veta o Projeto de Lei nº 589/99, de autoria dos deputados Algaci Tulio e Nelson Justus. Parecer FAVORÁVEL do deputado Nereu Moura - APROVADO; 06) Projeto de Lei nº 652/99, de autoria do deputado Orlando Pessuti, anexo ao Projeto de Lei nº 36/2000, de autoria do deputado Edgar Bueno. Parecer FAVORÁVEL do deputado Nereu Moura - APROVADO; 07) Projeto de Lei nº 292/2000, de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do deputado Plauto Miró, com VOTO CONTRÁRIO dos deputados Nereu Moura, Orlando Pessuti e Hermes da Fonseca - APROVADO; 08) Projeto de Lei nº 301/2000, de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do deputado Marcos Isfer, com VOTO CONTRÁRIO do deputado Hermes da Fonseca - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada será assinada pelo senhor presidente, pelos senhores deputados presentes e por mim, Ana Lúcia Andretta, advogada e secretária desta comissão.

(aa) CESAR SELEME - Presidente em exercício
Ana Lúcia Andretta - Secretária

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA
ATA DA 17ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos doze dias do mês de setembro de dois mil, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões da Assembléia Leg-

islativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do senhor deputado Basílio Zanusso e com a presença dos seguintes deputados: Moysés Leônidas, Algaci Tulio, Edson Praczyk, Duílio Genari, Plauto Miró, Antonio Carlos Belinati, Serafina Carrilho e Beto Richa e mais o deputado Orlando Pessuti. Havendo número legal, o senhor presidente deu por aberta a presente reunião. Passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 062/2000, de autoria do deputado Algaci Tulio. Parecer FAVORÁVEL do deputado Orlando Pessuti, na forma da emenda anexa - APROVADO; 02) Projeto de Lei nº 252/2000, de autoria do deputado Beraldin. Parecer FAVORÁVEL do deputado Orlando Pessuti, na forma da emenda anexa - APROVADO; 02) Projeto de Lei nº 252/2000, de autoria do deputado Beraldin. Parecer FAVORÁVEL do deputado Orlando Pessuti, na forma da emenda anexa - APROVADO; 03) Proposição-Veto nº 052/2000, de autoria do poder Executivo, que veta o Projeto de Lei nº 045/2000, de autoria do deputado Miltinho Pupprio. Parecer FAVORÁVEL do deputado Moysés Leônidas - APROVADO; 04) Projeto de lei nº 262/2000, de autoria da deputada Serafina Carrilho. Parecer FAVORÁVEL do deputado Moysés Leônidas - APROVADO; 05) Projeto de Lei nº 279/2000, de autoria do deputado Durval Amaral. Parecer FAVORÁVEL do deputado Moysés Leônidas na forma da emenda anexa. - APROVADO; 06) Proposição-Veto nº 050/2000, de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do deputado Antonio Carlos Belinati - APROVADO; 07) Projeto de Lei nº 257/2000, de autoria do deputado pastor Edson Praczyk. Parecer FAVORÁVEL da deputada Serafina Carrilho - APROVADO; 08) Proposição-Veto nº 048/2000, de autoria do Poder Executivo, que veta o Projeto de Lei nº 063/99, de autoria do deputado Hidekazu Takayama. Parecer FAVORÁVEL da deputada Serafina Carrilho - APROVADO; 09) Proposição-Veto nº 049/2000, de autoria do Poder Executivo que veta o Projeto de Lei nº 090/99, de autoria do deputado Beto Richa. Parecer FAVORÁVEL do deputado Pastor Edson Praczyk - APROVADO; 10) Projeto de Lei nº 105/99, de autoria do deputado Irineu Colombo. Parecer FAVORÁVEL do deputado Pastor Edson Praczyk à emenda de Plenário - APROVADO; 11) Projeto de lei nº 246/2000, de autoria do deputado Antonio Carlos Baratter. Relator Pastor Edson Praczyk requer diligência junto à Secretaria de Estado da Saúde - Sesa e junto à Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - Seti - DEFERIDO; 12) Proposição-Veto nº 053/2000, de autoria do Poder Executivo, que veta o Projeto de Lei nº 028/2000, de autoria do deputado Antonio Baratter. Parecer FAVORÁVEL do deputado Algaci Tulio - APROVADO; 13) Projeto de Lei nº 503/99, de autoria do deputado Tony Garcia. Parecer CONTRÁRIO do deputado Algaci Tulio às emendas de Plenário, com voto CONTRÁRIO do deputado Duílio Genari - APROVADO; 14) Proposição-Veto nº 047/2000, de autoria do Poder Exec-

utivo que veta o Projeto de lei nº 259/99, de autoria do deputado Edno Guimarães. Parecer FAVORÁVEL do deputado Plauto Miró - APROVADO; 15) Projeto de Lei nº 283/2000, de autoria do deputado Nelson Justus. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Plauto Miró - APROVADO; 16) Projeto de lei nº 171/2000, de autoria do deputado Orlando Pessuti. Parecer FAVORÁVEL do deputado Beto Richa - APROVADO; 17) Projeto de Lei nº 140/2000, de autoria do deputado Nelson Justus. Parecer FAVORÁVEL do deputado beto Richa - APROVADO; 18) Projeto de Lei nº 345/99, de autoria do deputado Valdir Rossoni. Parecer FAVORÁVEL do deputado Duílio genari - APROVADO; 19) Projeto de Lei nº 208/2000, de autoria do deputado Beto Richa. Parecer FAVORÁVEL do deputado Duílio Genari - APROVADO; 20) Projeto de Lei nº 289/2000 de autoria do Poder Executivo. CONCEDIDO VISTAS ao deputado Orlando Pessuti. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada será assinada pelo senhor presidente, pelos senhores deputados presentes e por mim, Ana Lúcia Andretta, advogada e secretária desta Comissão.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO

Presidente em exercício

Ana Lúcia Andretta - Secretária

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA TERMO DE ATA

Aos dezenove dias do mês de setembro do ano de dois mil, reuniu-se na Sala de Reuniões das Comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do senhor deputado Basílio Zanusso e com a presença dos seguintes deputados: Duílio Genari, Serafina Carrilho, Cesar Seleme e Antonio Carlos Belinati. Não havendo número legal, o senhor presidente declarou transferida a presente reunião. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei o presente Termo de Ata, que após lido e aprovado será assinado pelo senhor presidente, pelos senhores deputados e por mim, Ana Lúcia Andretta, advogada e secretária de Comissão.

(aa) CESAR SELEME - Presidente em exercício

Ana Lúcia Andretta - Secretária

Pedido de Adesão:

PROGRAMA DE DEMISSÃO VOLUNTÁRIA PEDIDO DE ADESÃO

Vânia Regina Otto da Cunha Telles, matrícula 40657, endereço Rua Martin Afonso, 1310 - ap. 13, bairro Bigorrilho, cidade de Curitiba, CEP: 80730-030 - PR, remuneração mensal estimada R\$616,58, CPF:

716.543.309-06, telefone: 336-5416, data de nascimento: 06/07/64.

Solicito ao senhor doutor Abib Miguel, Mui Digno diretor geral deste Poder Legislativo, nos termos do Ato da Comissão Executiva nº 062 de 03 de abril de 2000, que trata do Programa de Demissão Voluntária - PDV,

dos servidores deste Poder, em vigor, nesta data, a exoneração do cargo efetivo de: NE04.

(Prot. nº 5800)

Curitiba, em 30.06.2000.

(a) Vânia Regina Otto da Cunha Telles